

ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017

**ATA N.º 12/2017**

**A**o nono dia do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Renato Alves dos Santos, em substituição de Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o ano de 2018; **1.3.** Proposta de constituição do Júri do Procedimento de Concurso para Chefe de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais; **1.4.** Encerramento do Mercado Municipal da Ericeira, nos dias 12, 19 e 26 de junho de 2017; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Representantes do Município nos Conselhos Gerais; **2.2.** Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil 2017 – participações financeiras; **2.3.** Programa de Apoio ao Associativismo Cultural 2017 – participações financeiras; **2.4.** Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo 2017 – participações financeiras; **2.5.** Paróquia de São Paulo da Malveira – Atribuição de Apoio Financeiro; **2.6.** Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, edifício da Escola Básica de Montemuro, à Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Pedido de isenção de taxas devidas pela alteração de utilização para estabelecimento de comércio/ serviços do rés-do-chão do

prédio sito em Rua Professor Armando Lucena, n.º 9, no lugar da Malveira, da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça – Proc.º RD-2031/2016;

**III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA. -----**

**--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----**

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

**--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

**--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----**

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexos I, II e III). -----

**--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

**--- INTERVENÇÕES: -----**

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- O Presidente informou sobre os eventos que tiveram lugar no Concelho de Mafra: no dia 25 de maio, o Dia do Município, com sessão solene; lançamento da publicação “Os órgãos históricos do Concelho de Mafra”; concerto das peças distinguidas com o “Prémio Internacional de Composição Órgãos Históricos do Palácio Nacional de Mafra 2017”; no dia 26 de maio, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a abertura da reunião anual da ECHO – *European Cities of Historical Organs*; nos dias 27 e 28 de maio, a Mostra Gastronómica do Mexilhão, nos restaurantes aderentes e no Mercado Municipal da Ericeira; no dia 27 de maio, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o concerto a seis órgãos pelos Diretores Artísticos da ECHO; no dia 2 de junho: - na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música Jazz de Mafra, com o concerto de encerramento com Marta Plantier; - no Parque de Santa Marta, a apresentação de “O meu livro de aventuras - 50 coisas a fazer antes dos 12 anos”, no âmbito do arraial do Agrupamento de Escolas da Ericeira; - no Hotel Vila Galé, na Ericeira, a apresentação do *Cluster* do Turismo *Outdoor* do Concelho de Mafra, no âmbito do XIX Curso de Verão da Ericeira promovido pelo ICEA – Instituto de Cultura Europeia e Atlântica; no dia 3 de junho, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o concerto inaugural do Festival de Música de Mafra Filipe de Sousa, promovido pela

## ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017



Câmara Municipal e pela Fundação Jorge Álvares, com a Orquestra do Atlântico e Teresa da Palma Pereira; nos dias 3 e 4 de junho, na Loja do Cidadão e Jardim do Cerco, a II Festa da Língua; no dia 4 de junho, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, "Há Festa no Parque"; de 4 a 8 de junho, o 1.º Treino Operacional de Fogo Controlado de âmbito internacional, no Concelho de Mafra. -----

--- Seguidamente, deu conhecimento dos seguintes eventos que se realizarão no Concelho: no dia 9 de junho, pelas 18h00, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, o concerto de bandas do Concelho de Mafra, designado por *Youthfest*; no dia 10 de junho, pelas 22h00, no Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o Festival de Música de Mafra Filipe de Sousa com a presença de Alon Goldstein ao piano; nos dias 10 e 11 de junho, a Mostra Gastronómica da Cavala, com os restaurantes aderentes e *show cooking* no Municipal da Ericeira; no dia 11 de junho, pelas 21h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra, o concerto a seis órgãos com organistas austríacos; no dia 14 de junho, pelas 10h00, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, o Mafra Sénior; no dia 17 de junho: na Escola das Armas, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra, o lançamento do livro "A presença militar em Mafra"; pelas 21h00, as Marchas Populares, com desfile a partir do Jardim do Cerco, e no Palácio Nacional de Mafra a Noite dos Morcegos, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra; pelas 22h00, no Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o Festival de Música de Mafra Filipe de Sousa, com o pianista Luís Rabello ao piano; no dia 21 de junho, pelas 10h00, no Palácio Nacional de Mafra, no âmbito das comemorações do tricentenário do Real Edifício de Mafra, uma conferência e visita guiada com o tema "O Palácio de Mafra ao tempo de Ayres de Carvalho"; nos dias 24 e 25 de junho, das 15h00 às 19h00, com entrada pelo Torreão Sul, a recriação histórica "Um dia na construção"; no dia 24 de junho, pelas 22h00, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, o Festival de Música de Mafra Filipe de Sousa, com o pianista Manuel Araújo; nos dias 24 e 25 de junho, a Mostra Gastronómica dos Percebes nos restaurantes aderentes e o *show cooking* no Mercado Municipal da Ericeira. -----

--- Informou, ainda, que o processo da construção da Unidade de Saúde - Mafra Norte já tem o visto do Tribunal de Contas. -----

--- Informou, também, sobre a visita técnica feita com o Diretor do ACES às obras de construção da Unidade de Saúde Mafra Leste, que se estimam que estarão concluídas durante o mês de julho. Aditou que o ACES prevê a abertura desta Unidade de Saúde durante o mês de setembro. -----

**--- AUSÊNCIA DE VEREADOR: -----**

--- Nesta altura, ausentou-se da sala onde decorria a reunião o Vereador Sérgio Santos. -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- Mais informou que o Parque Intermodal Alto da Vela, em Mafra, tem registado afluência bastante significativa, nomeadamente de autocarros e autocaravanistas. De seguida, informou sobre a cedência temporária de utilização do espaço destinado a "Bar/ Pastelaria/ Pizzaria", naquele Parque. -----

--- Por fim, apresentou o projeto referente ao futuro Parque Intermodal na Ericeira adjacente ao edifício da Guarda Nacional Republicana. -----

**--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----**

--- A Vereadora Antonieta Lourenço informou que, no dia 29 de junho, no âmbito da comemoração do S. Pedro, na Ericeira, realizar-se-á missa na Igreja de S. Pedro e um arraial organizado pelos Escuteiros e Grupo de Jovens, com desfile da marcha da Ericeira, havendo um pequeno espaço destinado a petiscos, estando todos convidados. -----

**--- DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA: -----**

--- O Vereador Eduardo Baptista congratulou-se com a qualidade dos concertos que decorreram no Dia do Município, assim como com a forma como foram organizados. No que se refere à atribuição das condecorações, considerou que o processo tem de ser revisto. Na sua opinião e na da CDU, o regulamento deve ser alterado, disponibilizando-se para apresentar uma proposta, de modo a que seja estabelecido um prazo para apresentação de propostas ou análise das biografias. Considerou não ser suficiente a reunião prévia que foi realizada, na medida em que não conheciam as pessoas e, naquele momento, ficaram relativamente comprometidos. Além disso, disse considerar que os critérios relativos à condecoração de pessoas e de empresas deveriam ser diferenciados. Na sua opinião, a avaliação de uma empresa tem de ter em conta não só o serviço público e o interesse que tem para o Município, mas também a

## ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017

forma como ele é conseguido, nomeadamente a relação com os trabalhadores e o cumprimento da legislação. -----

--- Relativamente à Língua Portuguesa, verificou que, quando se utilizam expressões em inglês, no Boletim Municipal da Câmara Municipal, esta é secundarizada. Na sua opinião, deve-se utilizar, sempre que possível, a Língua Portuguesa. -----

--- Quanto ao Parque Intermodal sito na A-da-Perra, Salgados, Mafra, pronunciou-se sobre a área para os autocaravanistas, registando que o equipamento de transmissão de dados sem fios, ali existente está restrito aos sócios do Clube. Sugeriu que, na Ericeira, fosse encontrada uma solução para o estacionamento das autocaravanas, a qual poderia passar pelo novo Parque Intermodal ali a construir. -----

--- **DO VEREADOR RENATO SANTOS:** -----

--- O Vereador Renato Santos questionou se a Câmara Municipal já tem informação da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) relativa ao acidente que originou o falecimento de um trabalhador nas obras do Parque Intermodal do Alto da Vela. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista solicitou, atento o interesse que a Tapada tem para o Concelho e a nível nacional, uma informação mais detalhada sobre a Tapada Nacional de Mafra, na sequência dos documentos recebidos. -----

--- Seguidamente, pronunciou-se sobre a reunião relativa à Linha do Oeste, referindo que os transportes têm operadores privados que visam defender os seus próprios interesses, o lucro. Uma vez que vão existir concursos internacionais para os operadores de transportes, declarou que é necessário garantir que os operadores sejam obrigados a concorrer com responsabilidades muito acima daquelas que são assumidas por empresas que não prestam serviço público. Sobre a oferta, disse que existem transportes que são de nível concelhio, regional, nacional e internacional que passam por Mafra, como é o caso dos transportes ferroviários e rodoviários. Acrescentou que esta oferta tem de ser integrada de forma a que não aconteça, tal como hoje, uma profusão de passes e de bilhetes, situação esta que tem de ser salvaguardada nos concursos. Recordou que a Câmara Municipal já aprovou, por unanimidade, a defesa de um passe intermodal para a região. -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- Em resposta, o Presidente começou por informar que a Câmara Municipal mandou abrir um inquérito complementar, sendo que o processo da ACT está a decorrer em foro próprio, de acordo com o que a lei preconiza. -----

--- Quanto aos transportes, esclareceu que, há cerca de dois anos, aquando da assunção da responsabilidade pela Autoridade Metropolitana de Transportes, os Municípios foram questionados se queriam delegar, nesta Autoridade, a tarefa de organizar todas as redes de transportes intramunicipal e intermunicipal. Ora, Mafra decidiu, tal com os restantes Municípios à exceção de Cascais, delegar essa competência. Informou que, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, está a ser desenvolvido o processo em questão, sendo que a pretendida uniformização será acautelada nos concursos públicos. Relativamente à Linha do Oeste, aditou que está a ser acompanhado o processo relativo à eletrificação e duplicação da linha e que o Grupo de Trabalho desta Câmara Municipal será devidamente informado. -----

**--- DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA: -----**

--- O Vereador Eduardo Baptista admitiu já ter conhecimento do relatado, contudo, na sua opinião, a delegação de competências na Área Metropolitana de Lisboa (AML) deve ser devidamente acompanhada por quem delega, para que tudo corra bem. -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- O Presidente recordou que foi criado um Grupo de Trabalho, constituído pelos Vereadores dos Transportes na AML, que vai acompanhando o processo. -----

**--- DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA: -----**

--- O Vereador Eduardo Baptista declarou que essa situação não basta, pois os outros Municípios que não pertencem à AML têm de estar coordenados com esta intervenção, não fazendo sentido que, na fronteira, existam critérios diferenciados. -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

--- O Presidente declarou que, efetivamente, os casos mais difíceis são os de fronteira, nomeadamente entre o Norte da AML e área Oeste. Considerando oportuna a recomendação, solicitou ao Vice-Presidente que a transmita ao Grupo de Trabalho da AML. -----

--- Relativamente às condecorações municipais, discordou da visão explanada pelo Vereador, referindo que as regras estão definidas, aliadas à prática seguida em anos anteriores. Na sua opinião, e apesar de reconhecer que existem diferentes sensibilidades sobre uma mesma individualidade, esta prática tem sido realizada de

ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017

uma forma sensata e ponderada, pelo que disse não concordar que se complique o processo. Acrescentou que, ainda que o desejável fosse a unanimidade nas votações, o referido processo não pode ser transformado num inquérito exaustivo. Na sua opinião, a prática de realização de uma reunião prévia é adequada, porque permite discutir as propostas com discrição, quando tal debate, se realizado numa reunião pública, poderia ser sensível e até mesmo ofensivo para o homenageado. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista concordou com a discrição, mas esta não deve ser realizada ao ponto de condicionar a emissão de opiniões. Sugeriu que essas reuniões decorressem no âmbito de uma reunião com representantes dos diversos partidos, de modo a gerar consenso. Do seu ponto de vista, é muito aborrecido para o condecorado se vier a saber que esteve quase para não o ser. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- No que se refere aos documentos que foram distribuídos sobre a Tapada Nacional de Mafra, nomeadamente a resposta do Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, sobre a Moção – Tapada Nacional de Mafra – Abate e Ocultação de Sobreiros e Perturbação de habitat de aves protegidas, anexa, o Presidente declarou que não comentava as respostas dadas. No entanto, declarou que estranhava que tivesse sido dada resposta a uma pergunta que tinha sido retirada da Moção, a pedido do Vereador Sérgio Santos, a saber: *"Tendo esta Câmara Municipal, já há algum tempo, apresentado, a Vossa Excelência, duas propostas de modelo de gestão, nomeadamente o reforço da participação da Câmara Municipal no capital social da TNM, com vista à assunção da sua gestão, ou a integração desta Tapada na empresa "Parques de Sintra & Mafra – Monte da Lua", que decisão foi tomada por Vossa Excelência?"*. Face ao exposto, questionou como é que o Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural teve conhecimento deste ponto que não era público. Informou que deu entrada, nestes Serviços e para conhecimento, um requerimento do Partido Ecologistas "Os Verdes" dirigido ao Governo. Mais disse ter conhecimento de que o "PAN - Pessoas-Animais-Natureza", o PSD e o CDS também fizeram perguntas ao Governo. Seguidamente, informou que, já depois da Moção ter

sido aprovada na Câmara Municipal, a Diretora da Tapada marcou uma reunião, no final do mês passado, onde esteve presente a Vereadora Célia Batalha Fernandes, dando-lhe de seguida a palavra para explicar o que se passou, nomeadamente no que diz respeito à celebração de um protocolo entre a Tapada e a Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo sido assumido, pelos signatários, que o mesmo foi assinado depois da ação relativa aos sobreiros, mas que nele consta uma data anterior, o que é grave. -----

**--- DA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES: -----**

--- No uso da palavra, a Vereadora Célia Batalha Fernandes começou por esclarecer que nas escassas reuniões da Direção da Tapada nunca foi presente qualquer proposta de gestão, ao contrário do que anteriormente acontecia. De seguida, fez o resumo da última reunião. Informou que, nos pontos em discussão, constava o relatório final de um processo disciplinar a um funcionário, quando a abertura do mesmo não foi submetida previamente a aprovação desta Direção. Aditou que, nesse relatório final, não constavam documentos anexos que permitissem analisar a justeza da proposta, que implicava a suspensão do funcionário. Informou, ainda, que todos os membros da Direção votaram contra, à exceção da proponente, a Diretora da Tapada. No que concerne ao protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Torres Vedras, e não obstante os esclarecimentos solicitados pela Vereadora à Diretora, as palavras desta foram parcas, sendo que, em reunião, apenas foi presente um pedido de autorização para pagamento de horas extraordinárias ao trabalhador da Câmara Municipal de Torres Vedras que é manobrador de máquinas. Nesta circunstância, questionou como seria possível pagar horas extraordinárias a um trabalhador que não era da Tapada, questão esta a que outros membros da Direção se associaram. Nessa sequência, a Diretora disse que iria proceder à alteração do ponto, o qual se passaria a referir ao pagamento não de horas extraordinárias, mas sim de uma prestação de serviços. Ainda no que se refere ao protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Torres Vedras, deu conhecimento que o representante do INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária referiu que assinou o protocolo em 19 de maio, assim como o representante do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, tendo sido confrontados com um facto consumado porque as máquinas já estavam a executar o caminho, razão pela qual o protocolo foi assinado numa data posterior à que consta no próprio documento. Perante estes factos, a Vereadora informou que solicitou uma auditoria externa para verificação da conformidade dos atos de gestão que estão a ser

ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017

praticados com o Plano de Gestão Florestal (PGF), o que foi aprovado por unanimidade.

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENCO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço manifestou surpresa pelo facto de uma pergunta que foi retirada de uma Moção discutida numa reunião de Câmara privada fosse conhecida publicamente. Questionou, ainda, se alguém tinha visitado a Tapada, na qualidade de munícipe, para averiguar o que se passou com os sobreiros e caminhos. --

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista pediu que lhe fosse enviada informação possível sobre os assuntos da Tapada em apreço, pois gostaria de proferir uma intervenção responsável que fosse apoiada em documentação. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente respondeu que a ata da reunião da direção da Tapada Nacional de Mafra seria enviada, após a sua aprovação. Esclareceu que a sua atuação, nesta questão, é feita na qualidade de Presidente da Câmara e não de munícipe. Por último, solicitou a distribuição, através de *e-mail*, das últimas perguntas que foram feitas ao Governo pelos vários grupos Parlamentares relativas ao sucedido na Tapada Nacional de Mafra. -----

--- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **MOÇÃO – TAPADA NACIONAL DE MAFRA – ABATE E OCULTAÇÃO DE SOBREIROS E PERTURBAÇÃO DE HABITAT DE AVES PROTEGIDAS – GABINETE DO MINISTRO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: --**

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento da resposta proveniente do Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, dada através de ofício, com referência n.º 1208/2017; ent:1668/2017; Proc.º n.º 57.02/2017, datada de 05-06-2017, conforme documento em anexo (anexo IV). -----

--- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- A Câmara Municipal tomou, ainda, conhecimento do ofício da Assembleia Municipal com a referência AM\_Saída/2017/17, relativamente às minutas de deliberação tomadas em sessão realizada no dia 18 de maio de 2017 (anexo V). -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -----

**--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----**

**--- 1.1. ATA: -----**

--- Presente a ata n.º 9/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 28 de abril de 2017. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 9/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 28 de abril de 2017. -----

**--- 1.2. REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO DE 2018: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/7140 elaborada em 6 de junho de 2017, na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 6 de junho de 2017 (anexo VI). -----

--- O Vereador Hugo Moreira Luís, em complemento à Informação *supra*, referiu que, à semelhança dos anos anteriores, se propõe a repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o ano de 2018, em 90% para a receita corrente e 10% para a receita de capital. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Antonieta Lourenço e Renato Santos do Partido Socialista e a abstenção do Vereador Eduardo Baptista da CDU, considerando a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, repartir o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o ano de 2018, em 90% para a receita corrente e 10% para a receita de capital, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

**--- 1.3. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PARA CHEFE DE DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇOS URBANOS E RURAIS: -----**

--- Presente a Informação RechHumanos/2017/3130, datada de 02 de junho corrente, onde, de acordo com artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, propõe a designação dos membros do júri do procedimento concursal para provimento do cargo

## ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017



de dirigente intermédio de 2.º grau, com vista à nomeação em comissão de serviço, pelo período de 3 anos (anexo VII). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável à proposta apresentada de designação de membros do júri do procedimento concursal para provimento de cargo de dirigente, determinando que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

**--- 1.4. ENCERRAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA ERICEIRA, NOS DIAS 12, 19 E 26 DE JUNHO DE 2017: -----**

--- Presente em anexo, Informação Interno/2017/8393, elaborada em 6 de junho de 2017, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos de 6 de junho de 2017, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, da mesma data (anexo VIII). -----

--- No uso da palavra, o Vereador Hugo Moreira Luís expôs que, dado se verificar a necessidade de se efetuar uma higienização no Mercado Municipal da Ericeira, propõe-se que, no mês de junho e considerando que as segundas-feiras são os dias de menor atividade económica, a mesma se realize nos dias 12, 19 e 26 de junho de 2017, procedendo-se ao encerramento do Mercado Municipal da Ericeira. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço discordou do encerramento do Mercado no dia 12 de junho, em virtude de ser feriado em Lisboa no dia 13 de junho, levando a que mais pessoas ocorram à Vila da Ericeira. -----

--- O Presidente discordou, igualmente, do encerramento no dia 12 de junho, propondo que esta decorra apenas nos dias 19 e 26 de junho do ano em curso. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, autorizar o encerramento do Mercado Municipal da Ericeira nos dias 19 e 26 de junho de 2017 para higienização. -----

## **--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

### **SOCIOECONÓMICO: -----**

#### **--- 2.1. REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS: -----**

--- Presente em anexo, Informação Interno/2017/7583, elaborada em 19 de maio de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados de 30 e 29 de maio de 2017, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, de 1 de junho de 2017 (anexo IX). -----

--- Atentos os fundamentos plasmados na Informação supra mencionada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, conjugado com a alínea II) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designar como representantes efetivos do Município: - Nos Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas da Ericeira e do Agrupamento de Escolas de Mafra, o Vereador com o Pelouro da Educação, a Técnica Superior Susana Marques e a Técnica Superior Patrícia Duarte; - Nos Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro e do Agrupamento de Escolas Prof. Armando de Lucena – Malveira, o Vereador com o Pelouro da Educação, a Técnica Superior Mónica Mendes e a Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Margarida Infante; - No Conselho Geral da Escola Secundária José Saramago – Mafra, o Vereador com o Pelouro da Educação, a Técnica Superior Patrícia Duarte e a Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Margarida Infante. Mais deliberou, nos mesmos termos, designar como representantes suplentes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas da Ericeira, Mafra, Venda do Pinheiro, Prof. Armando de Lucena – Malveira e Escola Secundária José Saramago – Mafra, a Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, Ana Isabel Martins, a Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Margarida Infante, e as Técnicas Superiores Susana Marques, Patrícia Duarte, Mónica Mendes e Filipa Simões. -----

**--- O Presidente propôs a discussão conjunta dos pontos 2.2., 2.3. e 2.4. e a votação individual. Nada havendo a opor deu-se seguimento à análise dos referidos pontos. -----**

ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017



**--- 2.2. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO JUVENIL 2017 -  
COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/8155, elaborada em 01 de junho de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, todos datados de 06 de junho corrente, devidamente instruída com a informação de Cabimento n.º 838 de 2017 (anexo X). -----

**--- 2.3. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL 2017 -  
COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/8153, elaborada em 01 de junho de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, todos datados de 06 de junho corrente, devidamente instruída com a informação de Cabimento n.º 836 de 2017 (anexo XI). -----

**--- 2.4. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2017 -  
COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/8154, elaborada em 01 de junho de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, todos datados de 6 de junho corrente, devidamente instruída com as informações de Cabimento n.º 837 e n.º 1744 de 2017 (anexo XII). -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues referiu que, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo 2017, foram rececionadas 18 candidaturas no Associativismo Desportivo, 8 no Associativismo Juvenil e 19 no Associativismo Cultural, sendo 15

respeitantes à vertente do folclore, 10 à música e 4 na área de apoios pontuais. Informou que as candidaturas foram analisadas por uma comissão constituída para o efeito, aprovada na reunião de Câmara que, com base nos critérios definidos no Regulamento de Apoio ao Associativismo, vem propor que sejam deferidas as candidaturas e as respetivas comparticipações financeiras, conforme quadros anexos às propostas. Mais referiu que, neste ano, o número de associações a apoiar é maior, assim como o total de comparticipações financeiras. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço, relativamente ao ponto 2.3., questionou qual o critério de atribuição de comparticipações financeiras para as candidaturas a apoios pontuais na área da cultura. -----

--- O Presidente esclareceu que os apoios pontuais atribuídos no âmbito do associativismo cultural se referem a situações em que não há uma programação regular e cuja atividade não se mede pelo número de elementos. -----

**--- 2.2. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO JUVENIL 2017 -  
COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: -----**

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores do PS presentes e do Presidente da Câmara, e a abstenção do Vereador da CDU, nos termos das disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 8 do artigo 3.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo, aprovar a atribuição das comparticipações financeiras às candidaturas no âmbito do Associativismo Juvenil, nos termos do Mapa constante na Informação supra identificada. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Concordando na generalidade com os apoios que a Autarquia presta a todas as Associações do Concelho, absteve-me por considerar que os regulamentos impõem critérios que interferem com as iniciativas das próprias associações"*. -----

**--- 2.3. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL 2017 -  
COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: -----**

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores do PS presentes e do Presidente da Câmara, e a abstenção do Vereador da CDU, nos termos das disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na

ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017

sua redação atual, e do n.º 8 do artigo 3.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo, aprovar a atribuição das comparticipações financeiras às candidaturas no âmbito do Associativismo Cultural, nos termos do Mapa constante na Informação supra identificada. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Concordando na generalidade com os apoios que a Autarquia presta a todas as Associações do Concelho, absteve-me por considerar que os regulamentos impõem critérios que interferem com as iniciativas das próprias associações"*. -----

**--- 2.4. PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2017 - COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS: -----**

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores do PS presentes e do Presidente da Câmara, e a abstenção do Vereador da CDU, nos termos das disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 8 do artigo 3.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo, aprovar a atribuição das comparticipações financeiras às candidaturas no âmbito do Associativismo Desportivo, nos termos do Mapa constante na Informação supra identificada. O Vereador da CDU apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Concordando na generalidade com os apoios que a Autarquia presta a todas as Associações do Concelho, absteve-me por considerar que os regulamentos impõem critérios que interferem com as iniciativas das próprias associações"*. -----

**--- AUSÊNCIA DE VEREADORA: -----**

--- Ausentou-se da sala onde decorria a reunião a Vereadora Antonieta Lourenço. -----

**--- 2.5. PARÓQUIA DE SÃO PAULO DA MALVEIRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/6228, elaborada em 01 de junho de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados respetivamente de 01 e 02 de junho de 2017, bem como o despacho de concordância

da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 02 de junho corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 1730 de 2017 (anexo XIII). -----

--- Em complemento, a Vereadora Aldevina Rodrigues explicou que a Igreja de São Paulo da Malveira possui um auditório que cumpre duas finalidades: por um lado, permite ampliar a capacidade da igreja e, por outro, a realização de conferências e reuniões. Devido a infiltrações, o espaço necessitou de obras de reparação ao nível do soalho e do teto, tendo o pedido de apoio sido efetuado em março, mas que, por razões de ordem orçamental, só agora é possível satisfazer. Nesta conformidade, propõe-se a atribuição de uma comparticipação de € 5.000,00 (cinco mil euros) à Paróquia de São Paulo da Malveira com vista a apoiar as obras de renovação do auditório, de um total das obras de € 43.392,00. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas o) e t) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros) à Paróquia de São Paulo da Malveira com vista a apoiar as obras de renovação do auditório. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Apesar de considerar que a Câmara se tem excedido nestes apoios, relativamente a áreas que não são da sua responsabilidade, dada a reduzida verba em jogo votei favoravelmente"*. -----

--- **PRESENÇA DE VEREADORA:** -----

--- Nesta altura, entrou na sala onde decorria a reunião a Vereadora Antonieta Lourenço. -----

--- **2.6. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, EDIFÍCIO DA ESCOLA BÁSICA DE MONTEMURO, À CONFRARIA DO QUEIJO FRESCO DA REGIÃO SALOIA:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/8351, elaborada em 06 de junho de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, todos datados de 06 de junho corrente (anexo XIV). -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues mencionou que a fundação da Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia data de 30 de abril de 2015, integrando oito empresas

ATA DA REUNIÃO DE 09.06.2017

sediadas no Concelho de Mafra de entre o conjunto dos confrades. Atendendo a que existe a antiga escola de Montemuro que se encontra disponível, vem a Confraria solicitar à Câmara Municipal a utilização deste espaço para a sede da Confraria. Nesta perspetiva, dando continuidade à revitalização dos espaços municipais devolutos e à potenciação dos recursos ao serviço da população, propõe-se a cedência deste espaço para a instalação da sede da Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia, atendendo ainda a que a maior parte dos queijeiros do Concelho de Mafra labora na localidade de Montemuro. -----

--- O Presidente complementou que os Municípios de Mafra e de Loures apoiam a Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia, que promove e divulga um produto endógeno com vocação exportadora, de relevância para a economia local. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a celebração do Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, de acordo com a minuta anexa à referida Informação, através da qual o Município de Mafra cede, a título gratuito e em regime de comodato, a Escola Básica de Montemuro, à Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia, para prossecução das suas atividades. -----

**--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE:** -----

**--- 3.1. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO PARA ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO/ SERVIÇOS DO RÉ-DO-CHÃO DO PRÉDIO SITO EM RUA PROFESSOR ARMANDO LUCENA, N.º 9, NO LUGAR DA MALVEIRA, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA - PROC.º RD-2031/2016:** -----

--- Presente a fls. 28, o pedido de isenção das taxas devidas pela alteração de utilização para estabelecimento de comércio/ serviços, do espaço acima referido, apresentado por Casa do Sport Lisboa e Benfica da Malveira, sobre o qual foi prestada

informação em 2017/05/09 pelo Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos arquivada a fls. 89 e proferido despacho pelo Sr. Presidente da Câmara em 2017/05/17, a fls. 90. -----

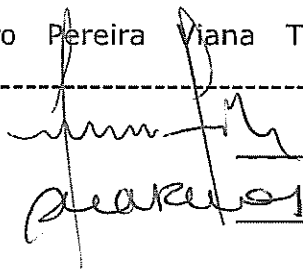
--- Atento ao teor do pedido, aos documentos que o acompanham, à informação prestada e à proposta de despacho do Diretor de Departamento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido e, conseqüentemente, isentar do pagamento de taxas devidas pela alteração à utilização acima referida, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas em vigor no município. -----

**--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----**

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

**--- ENCERRAMENTO: -----**

--- Quando eram onze horas e vinte e cinco minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

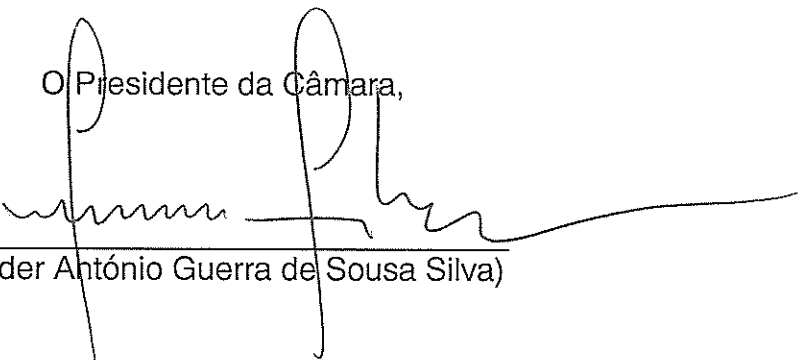
63

### LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 19 a 31 de maio.

Mafra, 01 de junho de 2017.

O Presidente da Câmara,

  
(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	313/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/05/04	2017/05/31	I NOTIFIQUE-SE DA INTENÇÃO DE INDEFERIR/REJEITAR	ALTO PATAMAR-INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS, LDA	PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM GARAGEM E DESTAQUE RUA DA BELA VISTA, N.º 4 - CABEÇO DE MONTACHIQUE
OP	328/2010	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAR ELEMENTOS	2017/03/27	2017/05/19	I NOTIFIQUE-SE DA INTENÇÃO DE INDEFERIR/REJEITAR	ANA ISABEL ALECRIM PADEIRO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DO MATADOURO, N.º 5 - IGREJA NOVA
OP	136/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/05/10	2017/05/24	I NOTIFIQUE-SE DA INTENÇÃO DE INDEFERIR/REJEITAR	JOAO ALEXANDRE GOMES	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E ANEXO RUA DA ESCOLA, 11 - BARREIRALVA
VO	21/2017	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	2017/05/11	2017/05/31	I NOTIFIQUE-SE DA INTENÇÃO DE INDEFERIR/REJEITAR	JOAO FRANCISCO FRANCO FACADA	PEDIDO DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO EM MADEIRA QUINTA DO ALPAIO-ERICEIRA
OP	28/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/04/24	2017/05/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOAQUIM PIRES MARTINHO	CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO E MUROS DE VEDAÇÃO RUA DA BELA VISTA, N.º 5 - BANDALHOEIRA
OP	79/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/03/30	2017/05/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LUÍSA MARIA CORREIA BARROS VIEIRA	LEGALIZAÇÃO DE ARRECADACÕES RUA DO MOINHO, N.º 21-RIBAMAR
OP	605/2007	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/04/26	2017/05/19	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MAFRISINTRA-INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E ARRUMOS LOTE 12-BALEIA
OP	97/2016	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/05/10	2017/05/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA DE LURDES DOS SANTOS	CONSTRUÇÃO DE MAIS UM FOGO RUA DA RIBEIRA, N.º 17 - A-DA-PERRA
OP	256/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/05/15	2017/05/31	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	NUNO FERREIRA DE BARCELOS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR LIMITES DA CHARNECA-VENDA DO PINHEIRO
OP	57/2012	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/04/05	2017/05/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	NUNO GONÇALO GOMES DA SILVA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ARRECADACÃO AGRÍCOLA, ARRUMOS E MUROS DE VEDAÇÃO RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, N.º 4-CASAS DE MONTE BOM
VO	11/2017	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	2017/05/09	2017/05/19	I INDEFERIDO/REJEITADO	PANIFICADORA CENTRAL DA MALVEIRA, LDA	INFORMAÇÃO SOBRE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR E COMÉRCIO RUA JOSÉ FRANCO CANAS - MALVEIRA
OP	493/2005	LICENÇA ESPECIAL	2012/07/26	2017/05/30	H NOTIFIQUE-SE DA INTENÇÃO DE DECLARAR A CADUCIDADE	ROMÃO HENRIQUES ALEXANDRE	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DA ROCHA, N.º 13 - CACHOEIRA



65

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Propomos que o  
assunto seja submetido à  
revisão do Orçamento Executivo  
para conhecimento.

2017/05/26

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com a presente  
informação.

2017/05/26

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

2017/05/26

A Chefe de Divisão,

(Dulce Lourenço)

Concordo com a  
informação.  
Submeto à consideração  
superior.

DESPACHO

APROVADA

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal, na  
sua reunião realizada em 18/10/2013

26/05/2017

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/7889****ASSUNTO:** 6.ª Modificação aos Documentos Previsionais

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

anexo II



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

#### Divisão de Gestão Financeira e Património

Considerando que, decorrente da aprovação da candidatura ao Fundo de Proteção de Recursos Hídricos, no âmbito do projeto "Limpeza e Desobstrução das Linhas de Água do Concelho de Mafra", o Município através de alteração orçamental poderá antecipar para 2017 o montante da despesa de 1.845.000,00€, prevista nos anos de 2018 e 2019, na ação do Plano de Atividades Municipais 2014-A-28, e dado que a sua reprogramação não tem implicações no montante global do compromisso plurianual (aprovado pelo Órgão Deliberativo em 28 de Outubro de 2016).

Tratando-se de uma receita consignada, dotou-se em contrapartida da despesa, anteriormente mencionada, a rubrica 06030199-Transferências Correntes/Administração Central/Estado/Outros, no montante de 1.834.200,00€ (um milhão oitocentos e trinta e quatro mil e duzentos euros).

Considerando ainda que se verifica a necessidade de reforçar dotações de rubricas que se revelam insuficientes e que os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, proponho, salvo melhor opinião, o projeto da 6.ª Modificação aos Documentos Previsionais do corrente ano.

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços no valor de 2.713.585,00€ (dois milhões setecentos e treze mil quinhentos e oitenta e cinco euros) e diminuições no valor de 879.385,00€ (oitocentos e setenta e nove mil trezentos e oitenta e cinco euros), conforme quadro infra:

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Despesas com o Pessoal		18 060,00	18 060,00
Aquisição de Bens e Serviços		2 165 525,00	402 825,00
Material de Educação, Cultura e Recreio		10 000,00	0,00
Outros Bens		30 000,00	35 590,00
Instalações Diversas		20 000,00	0,00
Conservação de Bens		0,00	221 985,00
Locação de Material de Transporte		4 500,00	0,00
Locação de Outros Bens		1 000,00	0,00



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

#### Divisão de Gestão Financeira e Património

66

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>		<b>2 165 525,00</b>	<b>402 825,00</b>
Comunicações		28 450,00	0,00
Transportes		49 000,00	0,00
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		0,00	50 250,00
Publicidade		5 000,00	0,00
Assistência Técnica		3 500,00	0,00
Outros Trabalhos Especializados		79 690,00	60 000,00
Obras Coercivas	PAM	0,00	35 000,00
Intervenção em Rios/Ribeiras	PAM	1 845 000,00	0,00
Outros Serviços		89 385,00	0,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>		<b>71 500,00</b>	<b>0,00</b>
Impostos e Taxas		42 000,00	0,00
Atividades de Ocupação de Tempos Livres e Geração On	PAM	25 000,00	0,00
Animação Cultural	PAM	4 500,00	0,00
<b>Aquisição de Bens de Capital</b>		<b>453 500,00</b>	<b>458 500,00</b>
Edifícios Municipais	PPI	150 000,00	0,00
Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	PPI	25 000,00	0,00
Edifícios Escolares	PPI	104 105,00	0,00
Construção e Ampliação de Estacionamento	PPI	0,00	300 000,00
Apoios de Praia	PPI	0,00	10 000,00
Equipamento de Informática	PPI	6 500,00	0,00
Software Informático	PPI	10 295,00	0,00
Equipamento Administrativo	PPI	11 000,00	0,00
Equipamento Básico	PPI	49 600,00	53 200,00
Ferramentas e Utensílios	PPI	2 000,00	0,00
Passeios Pedonais	PPI	70 000,00	0,00
Construção e Infraestruturas de Iluminação Pública	PPI	0,00	95 300,00
Redes de Abastecimento de Água	PPI	2 500,00	0,00
Outras Construções e Infra-Estruturas	PPI	22 500,00	0,00



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Transferências de Capital		5 000,00	0,00
Instituições Sem Fins Lucrativos	PPI	5 000,00	0,00
Total		2 713 585,00	879 385,00

Mafra, 26 de maio de 2017

Submeto à consideração superior,

A Técnica Superior

Marta Lemos

(Marta Lemos)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
MUNICIPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 6		ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO DE 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
06 0603 060301 06030199	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ADMINISTRAÇÃO CENTRAL Estado Outros	4.455.345,00	1.834.200,00		6.289.545,00	
TOTAL ...		4.455.345,00	1.834.200,00		6.289.545,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES ....		4.455.345,00	1.834.200,00		6.289.545,00	
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...						
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS ....						

APROVADA

Em 2017/05/26

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,  
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 6 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	294.850,00		1.500,00	293.350,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	1.500,00	1.500,00		3.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020201	Encargos das Instalações				
	02020102	Eletricidade				
	0202010201	Instalações Diversas	1.250.000,00	20.000,00		1.270.000,00
	020209	Comunicações	140.000,00	28.450,00		168.450,00
	020217	Publicidade	7.500,00	5.000,00		12.500,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	613.885,00	58.690,00		672.575,00
	020225	Outros Serviços	153.000,00		35.000,00	118.000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070107	Equipamento de Informática	135.720,00	6.500,00		142.220,00
	070108	Software Informático	253.070,00	10.295,00		263.365,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
	080701	Instituições Sem Fins Lucrativos	151.050,00	5.000,00		156.050,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS				
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	483.210,00		500,00	482.710,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010304	Outras Prestações Familiares	100,00	500,00		600,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060201	Impostos e Taxas	417.175,00	42.000,00		459.175,00
0203		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	239.360,00		2.000,00	237.360,00
	010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	1.500,00	2.000,00		3.500,00
03		DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE				
0301		DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	750.900,00		3.000,00	747.900,00
	010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	10.000,00	3.000,00		13.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
	020121	Outros Bens	91.335,00	30.000,00		121.335,00
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020206	Locação de Material de Transporte	80.000,00	4.500,00		84.500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070103	EDIFÍCIOS				
	07010301	Instalações de Serviços	206.500,00	150.000,00		356.500,00
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
	07010499	Outros	2.271.000,00		300.000,00	1.971.000,00
	070109	Equipamento Administrativo	1.000,00	1.000,00		2.000,00
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 2
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 6 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26					
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
0302	07011099	Outro	315.685,00		53.200,00	262.485,00	
	070111	Ferramentas e Utensílios	2.000,00	2.000,00		4.000,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	3.626.085,00	70.000,00		3.696.085,00	
	07030304	Iluminação Pública	226.780,00		95.300,00	131.480,00	
	07030399	Outros	2.056.635,00	22.500,00		2.079.135,00	
	02	DIVISÃO DE PLAN. TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA					
	0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	020214	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
0303	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	180.000,00		50.250,00	129.750,00	
	02	DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇOS URBANOS E RURAIS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	020121	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020121	Outros Bens	72.000,00		35.590,00	36.410,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	60.170,00		12.445,00	47.725,00	
	020225	Outros Serviços	7.503.960,00	1.845.000,00		9.348.960,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
0401	070103	EDIFÍCIOS					
	07010303	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	10.000,00	25.000,00		35.000,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030307	Captação e Distribuição de Água	304.885,00	2.500,00		307.385,00	
	07	DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO					
	01	DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO					
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
	010104	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
0402	01010401	Pessoal em Funções	1.351.500,00		1.600,00	1.349.900,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010202	Horas Extraordinárias	500,00	500,00		1.000,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010304	Outras Prestações Familiares	100,00	1.100,00		1.200,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	66.980,00		25.000,00	41.980,00	
	020219	Assistência Técnica	60.840,00	3.500,00		64.340,00	
	020220	Outros Trabalhos Especializados	261.785,00	21.000,00		282.785,00	
0403	020225	Outros Serviços	378.610,00	85.000,00		463.610,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020305	Outras					
	0602030504	Atividades	83.900,00	4.500,00		88.400,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010499	Outros	36.000,00		10.000,00	26.000,00	
0402	070109	Equipamento Administrativo	33.200,00	10.000,00		43.200,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	142.015,00	13.600,00		155.615,00	
	01	DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL					
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
	010104	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	202.150,00		2.500,00	199.650,00	
	010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	1.000,00	2.500,00		3.500,00	
	01	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE					
0403	0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
	010101	Remunerações Certas e Permanentes					

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 3
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 6 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILISTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26					
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
05	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	3.177.350,00		6.960,00	3.170.390,00	
	010113	Subsídio de Refeição	494.100,00	5.460,00		499.560,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010202	Horas Extraordinárias	500,00	1.500,00		2.000,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	12.210,00	10.000,00		22.210,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	261.000,00		184.540,00	76.460,00	
	020208	Locação de Outros Bens	5.000,00	1.000,00		6.000,00	
	020210	Transportes	1.436.555,00	49.000,00		1.485.555,00	
	020225	Outros Serviços	903.620,00	4.385,00		908.005,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060203	Outras					
	06020305	Outras					
	0602030502	Atividades de Tempos Livres	49.600,00	25.000,00		74.600,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010305	Escolas	3.121.380,00	104.105,00		3.225.485,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	39.110,00	35.000,00		74.110,00	
		DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL					
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020220	Outros Trabalhos Especializados	127.500,00		60.000,00	67.500,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	3.560,00	1.000,00		4.560,00	
TOTAL ...			34.160.920,00	2.713.585,00	879.385,00	35.995.120,00	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				2.255.085,00	420.885,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				458.500,00	458.500,00		

APROVADA

Em 2017/05/26

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,  
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 1	
MUNICÍPIO DE NAIRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 6 DO ANO CONTABILISTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 3 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 3																		DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/- )						DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANOS SEGUINTE					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE				
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE
1.		Funções gerais			847.850,00	682.850,00	165.000,00	10750145,00	132.795,00						980.645,00	815.645,00	165.000,00	8.616.485,00	2130580,00	3.080,00	
1.1.		Serviços gerais da administração pública			845.290,00	680.290,00	165.000,00	10630145,00	131.795,00						977.085,00	812.085,00	165.000,00	8.496.485,00	2130580,00	3.080,00	
1.1.1.		Administração geral			845.290,00	680.290,00	165.000,00	10630145,00	131.795,00						977.085,00	812.085,00	165.000,00	8.496.485,00	2130580,00	3.080,00	
1.1.1. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			206.500,00	206.500,00		10215000,00	150.000,00						356.500,00	356.500,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1. 0101	2014 I 1	Edifícios Municipais	DUOMA	0301 07010301	206.500,00	206.500,00		10215000,00	150.000,00						356.500,00	356.500,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1. 02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			388.790,00	388.790,00		265.145,00	16.795,00						405.585,00	405.585,00		131.485,00	130.580,00	3.080,00	
1.1.1. 0205	2014 I 7	Equipamento de Informática	CN	0102 070107	135.720,00	135.720,00		10.145,00	6.500,00						142.220,00	142.220,00		3.985,00	3.080,00	3.080,00	
1.1.1. 0206	2014 I 8	Software Informático	CN	0102 070108	253.070,00	253.070,00		255.000,00	10.295,00						263.365,00	263.365,00		127.500,00	127.500,00		
1.1.1. 09	2014 A 3	Obras Coercivas	CN	0102 020225	250.000,00	85.000,00	165.000,00	150.000,00	-35.000,00						215.000,00	50.000,00	165.000,00	150.000,00			
1.2.		Segurança e Ordem Públicas			2.560,00	2.560,00		120.000,00	1.000,00						3.560,00	3.560,00		120.000,00			
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios			2.560,00	2.560,00		120.000,00	1.000,00						3.560,00	3.560,00		120.000,00			
1.2.1. 01	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			2.560,00	2.560,00		120.000,00	1.000,00						3.560,00	3.560,00		120.000,00			
1.2.1. 0102	2014 I 10	Equipamento Básico	DSPC	05 07011099	2.560,00	2.560,00		120.000,00	1.000,00						3.560,00	3.560,00		120.000,00			
2.		Funções sociais			9.216.435,00	6.660.135,00	2.556.300,00	9.389.560,00	2.140.205,00	-1020950,00	-854610,00				11356640,00	8.800.340,00	2.556.300,00	4.710.000,00	2804000,00		
2.1.		Educação			4.360.490,00	3.160.490,00	1.200.000,00	2.500.000,00	139.105,00						4.499.595,00	3.299.595,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1.		Ensino não superior			4.360.490,00	3.160.490,00	1.200.000,00	2.500.000,00	139.105,00						4.499.595,00	3.299.595,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			4.321.380,00	3.121.380,00	1.200.000,00	2.500.000,00	104.105,00						4.425.485,00	3.225.485,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1. 0101	2014 I 14	Edifícios Escolares	DUOMA	0403 07010305	4.321.380,00	3.121.380,00	1.200.000,00	2.500.000,00	104.105,00						4.425.485,00	3.225.485,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1. 02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			39.110,00	39.110,00			35.000,00						74.110,00	74.110,00					
2.1.1. 0202	2014 I 18	Equipamento Básico	DEJ	0403 07011099	39.110,00	39.110,00			35.000,00						74.110,00	74.110,00					
2.4.		Habitação e serviços coletivos			4.425.235,00	3.134.420,00	1.290.815,00	6.889.560,00	1.943.000,00	-1020950,00	-854610,00				6.368.235,00	5.077.420,00	1.290.815,00	2.210.000,00	2804000,00		
2.4.2.		Ordenamento do território			3.475.400,00	2.516.585,00	958.815,00	800.000,00	95.500,00						3.570.900,00	2.612.085,00	958.815,00	800.000,00			
2.4.2. 01	2014	Construção e Requalificação			2.122.400,00	1.163.585,00	958.815,00	700.000,00	217.500,00						2.339.900,00	1.381.085,00	958.815,00	700.000,00			
2.4.2. 0101	2014 I 22	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	DUOMA	0301 07030399	795.500,00	645.500,00	150.000,00	700.000,00	147.500,00						943.000,00	793.000,00	150.000,00	700.000,00			
2.4.2. 0105	2014 I 26	Passeios Pedonais	DUOMA	0301 07030301	1.326.900,00	518.085,00	808.815,00		70.000,00						1.396.900,00	588.085,00	808.815,00				
2.4.2. 02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			3.000,00	3.000,00			3.000,00						6.000,00	6.000,00					
2.4.2. 0201	2014 I 27	Equipamento Administrativo	DUOMA	0301 070109	1.000,00	1.000,00			1.000,00						2.000,00	2.000,00					
2.4.2. 0203	2014 I 29	Ferramentas e Utensílios	DUOMA	0301 070111	2.000,00	2.000,00			2.000,00						4.000,00	4.000,00					
2.4.2. 01	2016	Construção e Requalificação			1.350.000,00	1.350.000,00		100.000,00	-125.000,00						1.225.000,00	1.225.000,00		100.000,00			
2.4.2. 0101	2016 I 3	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	DUOMA	0301 07030399	1.350.000,00	1.350.000,00		100.000,00	-125.000,00						1.225.000,00	1.225.000,00		100.000,00			

8

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 2			
MUNICÍPIO DE VAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 6 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 3 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 3																		DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/- )						DOTAÇÃO SEQUINTE								
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO				SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE						
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019		2020	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE		
TRANSPORTE					8.683.740,00	6.359.925,00	2.323.815,00	14050145,00	367.400,00						9.051.140,00	6.727.325,00	2.323.815,00	11916485,00	2130580,00	3.080,00			
2.4.4.	01 0101	2014 I 36	Abastecimento de Água Construção e Beneficiação Redes de Abastecimento de Água Proteção do meio ambiente e conservação da nature	DUOMA	0303 07030307	636.885,00	304.885,00	332.000,00	4.164.000,00	2.500,00					639.385,00	307.385,00	332.000,00	1.360.000,00	2804000,00				
636.885,00						304.885,00	332.000,00	4.164.000,00	2.500,00					639.385,00	307.385,00	332.000,00	1.360.000,00	2804000,00					
636.885,00						304.885,00	332.000,00	4.164.000,00	2.500,00					639.385,00	307.385,00	332.000,00	1.360.000,00	2804000,00					
312.950,00						312.950,00		1.925.560,00	1.845.000,00	-1020950,00	-854610,00			2.157.950,00	2.157.950,00		50.000,00						
2.4.6.	03	2014 A 28	Intervenção em Rios/Ribeiras Servicos culturais, recreativos e religiosos	0303 020225		312.950,00	312.950,00		1.925.560,00	1.845.000,00	-1020950,00	-854610,00			2.157.950,00	2.157.950,00		50.000,00					
2.5.						430.710,00	365.225,00	65.485,00		58.100,00				488.810,00	423.325,00	65.485,00							
2.5.1.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento	DTCO	0401 07011099	172.900,00	159.915,00	12.985,00		8.500,00					181.400,00	168.415,00	12.985,00						
2.5.1.							90.500,00	77.515,00	12.985,00		4.000,00				94.500,00	81.515,00	12.985,00						
2.5.1.						0202	2014 I 48	Equipamento Básico	DTCO	0401 0602030504	90.500,00	77.515,00	12.985,00		4.000,00				94.500,00	81.515,00	12.985,00		
2.5.1.						07	2014 A 34	Animação Cultural	DTCO		82.400,00	82.400,00			4.500,00				86.900,00	86.900,00			
2.5.2.	02	2014	Desporto, recreio e lazer Aquisição e Reparação de Bens de Investimento	DTCO	0401 070109	142.800,00	90.300,00	52.500,00		44.600,00					187.400,00	134.900,00	52.500,00						
2.5.2.							93.200,00	40.700,00	52.500,00		19.600,00				112.800,00	60.300,00	52.500,00						
2.5.2.	0201	2014 I 53	Equipamento Administrativo	DTCO	0401 070109	10.700,00	10.700,00			10.000,00					20.700,00	20.700,00							
2.5.2.						0202	2014 I 54	Equipamento Básico	DTCO	0401 07011099	82.500,00	30.000,00	52.500,00		9.600,00				92.100,00	39.600,00	52.500,00		
2.5.2.	01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	DS	0403 0602030502	49.600,00	49.600,00			25.000,00					74.600,00	74.600,00							
2.5.3.																							
2.5.3.	01 0101	2014 I 87	Outras atividades cívicas e religiosas Transferências Transferências de Capital	CM	0102 080701	115.010,00	115.010,00			5.000,00					120.010,00	120.010,00							
2.5.3.							115.010,00	115.010,00			5.000,00				120.010,00	120.010,00							
3.							115.010,00	115.010,00			5.000,00				120.010,00	120.010,00							
3.2.							2.106.465,00	1.698.465,00	408.000,00	2.270.000,00	-433.500,00				1.672.965,00	1.264.965,00	408.000,00	1.770.000,00	500.000,00				
3.2.1.	01	2014	Funções económicas Indústria e energia Iluminação pública Iluminação em Diversas Localidades	DUOMA	0301 07030304	407.465,00	407.465,00		950.000,00	-148.500,00					258.965,00	258.965,00		450.000,00	500.000,00				
3.2.1.							407.465,00	407.465,00		950.000,00	-148.500,00				258.965,00	258.965,00		450.000,00	500.000,00				
3.2.1.							407.465,00	407.465,00		950.000,00	-148.500,00				258.965,00	258.965,00		450.000,00	500.000,00				
3.2.1.						0101	2014 I 57	Construção e Infraestruturas	DUOMA	0301 07011099	226.780,00	226.780,00		450.000,00	-95.300,00				131.480,00	131.480,00		200.000,00	250.000,00
3.2.1.	0102	2014 I 58	Equipamento	DUOMA	0301 07011099	180.685,00	180.685,00		500.000,00	-53.200,00					127.485,00	127.485,00		250.000,00	250.000,00				
3.3.																							
3.3.1.	01	2014	Transportes e comunicações Transportes rodoviários Construção, Reparação e Beneficiação	DUOMA	0301 07010499	1.295.000,00	1.245.000,00	50.000,00	820.000,00	-300.000,00					995.000,00	945.000,00	50.000,00	820.000,00					
3.3.1.							1.295.000,00	1.245.000,00	50.000,00	820.000,00	-300.000,00					995.000,00	945.000,00	50.000,00	820.000,00				
3.3.1.							1.295.000,00	1.245.000,00	50.000,00	820.000,00	-300.000,00					995.000,00	945.000,00	50.000,00	820.000,00				
3.3.1.	0103	2014 I 61	Construção e Ampliação de Estacionamentos	DUOMA	0301 07010499	1.295.000,00	1.245.000,00	50.000,00	820.000,00	-300.000,00					995.000,00	945.000,00	50.000,00	820.000,00					
3.4.																							
3.4.			Comércio e turismo			404.000,00	46.000,00	358.000,00	500.000,00	15.000,00					419.000,00	61.000,00	358.000,00	500.000,00					

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 3	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 6 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 3 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 3 DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26																			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/- )						DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO					SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020		TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE
				TRANSPORTE	11766750,00	8.995.450,00	2.771.300,00	21909705,00	1.824.500,00		-1020950,00	-854610,00			13591250,00	10819950,00	2.771.300,00	14596485,00	5434580,00	3.080,00	
3.4.1.		Mercados e feiras			203.000,00	10.000,00	193.000,00	200.000,00	25.000,00						228.000,00	35.000,00	193.000,00	200.000,00			
3.4.1.	01	Construção, Reparação e Beneficição			203.000,00	10.000,00	193.000,00	200.000,00	25.000,00						228.000,00	35.000,00	193.000,00	200.000,00			
3.4.1.	0101	Mercados	DUOMA	0303 07010303	203.000,00	10.000,00	193.000,00	200.000,00	25.000,00						228.000,00	35.000,00	193.000,00	200.000,00			
3.4.2.		Turismo			201.000,00	36.000,00	165.000,00	300.000,00	-10.000,00						191.000,00	26.000,00	165.000,00	300.000,00			
3.4.2.	01	Construção, Reparação e Beneficição			201.000,00	36.000,00	165.000,00	300.000,00	-10.000,00						191.000,00	26.000,00	165.000,00	300.000,00			
3.4.2.	0101	Apóios de Praia	DUOMA	0401 07010499	201.000,00	36.000,00	165.000,00	300.000,00	-10.000,00						191.000,00	26.000,00	165.000,00	300.000,00			
TOTAL ...					12170750,00	9.041.450,00	3.129.300,00	22409705,00	1.839.500,00		-1020950,00	-854610,00			14010250,00	10880950,00	3.129.300,00	15096485,00	5434580,00	3.080,00	

APROVADA

Em 2017/05/26

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2013/10/18

Presidente da Câmara Municipal

(Welder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO																PÁGINA : 1
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 6		DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26												
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2018	2019	2020	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais da																
1.1.1.		administração pública																
1.1.1.	01	Administração geral																
1.1.1.	0101	Construção, Reparação e	DUOMA	0301 07010301	4.482.816,55	206.500,00		206.500,00	150.000,00							356.500,00		356.500,00
1.1.1.	02	Beneficiação																
1.1.1.	0205	Edifícios Municipais	CM	0102 070107	258.429,75	135.720,00		135.720,00	6.500,00							142.220,00		142.220,00
1.1.1.	0205	Aquisição e Reparação de Bens	CM	0102 070108	320.719,96	253.070,00		253.070,00	10.295,00							263.365,00		263.365,00
1.1.1.	09	de Investimento	CM	0102 020225	84.446,70	85.000,00	165.000,00	250.000,00	35.000,00							50.000,00	165.000,00	215.000,00
1.2.		Segurança e Ordem Públicas																
1.2.1.		Proteção civil e luta contra																
1.2.1.		incêndios																
1.2.1.	01	Aquisição e Reparação de Bens																
1.2.1.	0102	de Investimento	DSPC	05 07011099	107.602,23	2.560,00		2.560,00	1.000,00							3.560,00		3.560,00
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.1.		Ensino não superior																
2.1.1.	01	Construção, Reparação e																
2.1.1.	0101	Beneficiação	DUOMA	0403 07010305	1.090.888,58	3.121.380,00	1.200.000,00	4.321.380,00	104.105,00							3.225.485,00	1.200.000,00	4.425.485,00
2.1.1.	02	Edifícios Escolares																
2.1.1.	0202	Aquisição e Reparação de Bens	DEJ	0403 07011099	155.954,55	39.110,00		39.110,00	35.000,00							74.110,00		74.110,00
2.4.		Habituação e serviços coletivos																
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2.	01	Construção e Requalificação																
2.4.2.	0101	Requalificação de diversos	DUOMA	0301 07030399	1.542.541,34	645.500,00	150.000,00	795.500,00	147.500,00							793.000,00	150.000,00	943.000,00
2.4.2.	0105	Espaços Urbanos	DUOMA	0301 07030301	550.260,31	518.085,00	808.815,00	1.326.900,00	70.000,00							588.085,00	808.815,00	1.396.900,00
2.4.2.	02	Passeios Pedonais																
2.4.2.	0201	Aquisição e Reparação de Bens	DUOMA	0301 070109	35,65	1.000,00		1.000,00	1.000,00							2.000,00		2.000,00
2.4.2.	0203	de Investimento	DUOMA	0301 070111	3.891,55	2.000,00		2.000,00	2.000,00							4.000,00		4.000,00
2.4.2.	01	Ferramentas e Utensílios																
2.4.2.	0101	Construção e Requalificação	DUOMA	0301 07030399	81.819,60	1.350.000,00		1.350.000,00	125.000,00							1.225.000,00		1.225.000,00
2.4.2.	0101	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro																

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIAÇÃO PARA ANOS SEQUINTEIS				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2018	2019	2020	SEGUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINITO	NÃO DEFINITO											
				TRANSPORTE	8.679.406,77	6.359.925,00	2.323.815,00	8.683.740,00	527.400,00	160.000,00					6.727.325,00	2.323.815,00	9.051.140,00	
2.4.4. 2.4.4. 2.4.4. 2.4.6.	01 0101	2014 2014 I 36	Abastecimento de Água Construção e Beneficiação Redes de Abastecimento de Água	DUOMA	0303 07030307	594.405,57	304.885,00	332.000,00	636.885,00	2.500,00					307.385,00	332.000,00	639.385,00	
2.4.6. 2.5.	03	2014 A 28	Proteção do meio ambiente e conservação da nature Intervenção em Rios/Ribeiras Serviços culturais, recreativos e religiosos		0303 020225	295.375,14	312.950,00		312.950,00	1.845.000,00		-1.020.950,00	-854.610,00		2.157.950,00		2.157.950,00	
2.5.1. 2.5.1.	02	2014	Cultura Aquisição e Reparação de Bens de Investimento															
2.5.1. 2.5.1.	0202 07	2014 I 48 2014 A 34	Equipamento Básico Animação Cultural	OTCD OTCD	0401 07011099 0401 0602030504	145.143,02 178.333,19	77.515,00 82.400,00	12.985,00	90.500,00 82.400,00	4.000,00 4.500,00					81.515,00 86.900,00	12.985,00	94.500,00 86.900,00	
2.5.2. 2.5.2.	02	2014	Desporto, recreio e lazer Aquisição e Reparação de Bens de Investimento															
2.5.2. 2.5.2.	0201 0202	2014 I 53 2014 I 54	Equipamento Administrativo Equipamento Básico	OTCD OTCD	0401 070109 0401 07011099	4.028,37 209.378,50	10.700,00 30.000,00	52.500,00	10.700,00 82.500,00	10.000,00 9.600,00					20.700,00 39.600,00		20.700,00 92.100,00	
2.5.2. 2.5.3.	01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On Outras actividades cívicas e religiosas	DS	0403 0602030502	43.139,37	49.600,00		49.600,00	25.000,00					74.600,00		74.600,00	
2.5.3. 2.5.3.	01 0101	2014 2014 I 87	Transferências Transferências de Capital	CM	0102 080701	257.500,00	115.010,00		115.010,00	5.000,00					120.010,00		120.010,00	
3. 3.2. 3.2.1.			Funções económicas Indústria e energia Iluminação pública															
3.2.1. 3.2.1.	01	2014	Iluminação em Diversas Localidades															
3.2.1. 3.2.1.	0101 0102	2014 I 57 2014 I 58	Construção e Infraestruturas Equipamento	DUOMA DUOMA	0301 07030304 0301 07011099	283.740,17 306.822,24	226.780,00 180.685,00		226.780,00 180.685,00	95.300,00 53.200,00					131.480,00 127.485,00		131.480,00 127.485,00	
3.3. 3.3.1. 3.3.1.			Transportes e comunicações Transportes rodoviários Construção, Reparação e Beneficiação															
3.3.1. 3.4.	0103	2014 I 61	Construção e Ampliação de Estacionamentos Comércio e turismo	DUOMA	0301 07010499	4.617,36	1.245.000,00	50.000,00	1.295.000,00	300.000,00					945.000,00	50.000,00	995.000,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO															PÁGINA : 3	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 6 DO ANO CONTABILISTICO 2017															DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTES				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / AVULAÇÕES		2018	2019	2020	SEQUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
				TRANSPORTE	11.001.890,90	8.995.450,00	2.771.300,00	11.766.750,00	2.433.000,00	608.500,00		-1.020.950,00	-854.610,00			10.819.950,00	2.771.300,00	13.591.250,00
3.4.1.	01	2014																
3.4.1.	0101	2014 I 64	DUOMA	0303 07010303	2.275,50	10.000,00	193.000,00	203.000,00	25.000,00							35.000,00	193.000,00	228.000,00
3.4.2.	01	2014																
3.4.2.	0101	2014 I 66	DUOMA	0401 07010499	255.333,07	36.000,00	165.000,00	201.000,00		10.000,00						26.000,00	165.000,00	191.000,00
TOTAL ...					11.259.499,47	9.041.450,00	3.129.300,00	12.170.750,00	2.458.000,00	618.500,00		-1.020.950,00	-854.610,00			10.880.950,00	3.129.300,00	14.010.250,00

APROVADA

Em 2017/05/26

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

Heider António Guerra de Sousa Silva

ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS											Página : 1	
MUNICIPIO DE MAFRA			MODIFICAÇÃO NUMERO : 6 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NUMERO 3 DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26								
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
TRANSPORTE															
1.		Funções gerais													
1.1.		Serviços gerais da administração pública													
1.1.1.		Administração geral													
1.1.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
1.1.1.1.	0101	2014 1 Edifícios Municipais	0301	07010301	2014/01/01	2019/12/31	0	4.482.816,55	206.500,00	206.500,00		10.215.000,00	150.000,00	356.500,00	
1.1.1.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
1.1.1.1.	0205	2014 7 Equipamento de Informática	0102	070107	2014/01/01	2020/12/31	3	258.429,75	135.720,00	135.720,00		10.145,00	6.500,00	142.220,00	
1.1.1.1.	0206	2014 8 Software Informático	0102	070108	2014/01/01	2019/12/31	3	320.719,96	253.070,00	253.070,00		255.000,00	10.295,00	263.365,00	
1.2.		Segurança e Ordem Públicas													
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios													
1.2.1.1.	01	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
1.2.1.1.	0102	2014 10 Equipamento Básico	05	07011099	2014/01/01	2018/12/31	0	107.602,23	2.560,00	2.560,00		120.000,00	1.000,00	3.560,00	
2.		Funções sociais													
2.1.		Educação													
2.1.1.		Ensino não superior													
2.1.1.1.	01	2014 Construção, Reparação e Beneficiação													
2.1.1.1.	0101	2014 14 Edifícios Escolares	0403	07010305	2014/01/01	2018/12/31	3	1.090.888,58	4.321.380,00	3.121.380,00	1.200.000,00	2.500.000,00	104.105,00	3.225.485,00	
2.1.1.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
2.1.1.1.	0202	2014 18 Equipamento Básico	0403	07011099	2014/01/01	2017/12/31	0	155.954,55	39.110,00	39.110,00			35.000,00	74.110,00	
2.4.		Habituação e serviços coletivos													
2.4.2.		Ordenamento do território													
2.4.2.1.	01	2014 Construção e Requalificação													
2.4.2.1.	0101	2014 22 Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	0301	07030399	2014/01/01	2018/12/31	3	1.542.541,34	795.500,00	645.500,00	150.000,00	700.000,00	147.500,00	793.000,00	
2.4.2.1.	0105	2014 26 Passeios Pedonais	0301	07030301	2014/01/01	2017/12/31	3	550.260,31	1.326.900,00	518.085,00	808.815,00		70.000,00	588.085,00	
2.4.2.1.	02	2014 Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
2.4.2.1.	0201	2014 27 Equipamento Administrativo	0301	070109	2014/01/01	2017/12/31	0	35,65	1.000,00	1.000,00			1.000,00	2.000,00	
2.4.2.1.	0203	2014 29 Ferramentas e Utensílios	0301	070111	2014/01/01	2017/12/31	0	3.891,55	2.000,00	2.000,00			2.000,00	4.000,00	
2.4.2.1.	01	2016 Construção e Requalificação													
2.4.2.1.	0101	2016 3 Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	0301	07030399	2016/04/21	2018/12/31		81.819,60	1.350.000,00	1.350.000,00		100.000,00	125.000,00	1.225.000,00	
2.4.4.		Abastecimento de Água													



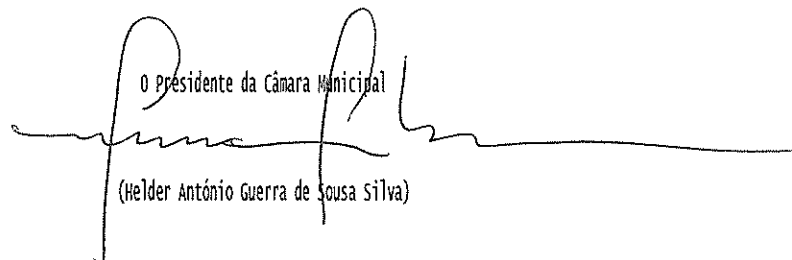
ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													Página : 3					
MUNICIPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 6 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS															NUMERO 3 DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/05/26	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE					
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES						
									TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO									
TRANSPORTE									11.274.800,00	8.475.500,00	2.799.300,00	20.034.145,00	583.500,00	573.500,00	8.485.500,00					
3.4.2.	0101	2014 66	Apoios de Praia	0401	07010499	2014/01/01	2018/12/31	0	255.333,07	201.000,00	36.000,00	165.000,00	300.000,00		10.000,00	26.000,00				
TOTAL ...								10.658.204,47	11.475.800,00	8.511.500,00	2.964.300,00	20.334.145,00	583.500,00	583.500,00	8.511.500,00					

APROVADA

Em 2017/05/26

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2013/10/18.

  
O Presidente da Câmara Municipal  
(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS												Página : 1			
MUNICIPIO DE MAFRA		Modificação Número: 6 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES												NÚMERO 3	DO ANO CONTABILISTICO 2017	DATA DE APROVAÇÃO	2017/05/26
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE				
				INICIO	FIM			ANO EM CURSO		ANOS SEQUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES					
								TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO			
1. 1.1. 1.1.1. 1.1.1.1. 2. 2.4. 2.4.6.	09       	2014 3	Funções gerais Serviços gerais da administração pública Administração geral Obras Coercivas Funções sociais Habituação e serviços coletivos Proteção do meio ambiente e conservação da nature	0102 020225	2014/01/01	2018/12/31	84.446,70	250.000,00	85.000,00	165.000,00	150.000,00	35.000,00	50.000,00				
2.4.6. 2.5. 2.5.1. 2.5.1.1. 2.5.2. 2.5.2.1.	03      	2014 28	Intervenção em Rios/Ribeiras Servicos culturais, recreativos e religiosos Cultura	0303 020225	2014/01/01	2019/12/31	295.375,14	312.950,00	312.950,00		50.000,00	1.845.000,00	2.157.950,00				
2.5.2. 2.5.2.1.	07  	2014 34	Animação Cultural	0401 0602030504	2014/01/01	2017/12/31	178.333,19	82.400,00	82.400,00			4.500,00	86.900,00				
2.5.2. 2.5.2.1.	01  	2016 3	Desporto, recreio e lazer Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	0403 0602030502	2016/01/02	2017/12/31	43.139,97	49.600,00	49.600,00			25.000,00	74.600,00				
TOTAL ...							558.155,03	694.950,00	529.950,00	165.000,00	200.000,00	1.874.500,00	35.000,00	2.369.450,00			

APROVADA

Em 2017/05/26

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Gestão Financeira e Património**  
**Licenciamentos Diversos**

27

Tomei conhecimento.  
A Reunião  
O Presidente da Câmara

  
06/06/17

**INFORMAÇÃO**

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21/10/2013 e 79/2013-PCM de 02/12/2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 9, 11, 18, 23 e 26 de maio de 2017, ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença de recinto improvisado	8
Licença especial de ruído	10
Licença para passeio desportivo	6
Licença para prova desportiva	1
Licença de recinto de diversão provisória	1
Licença para divertimento público	4

Mafra, 29 de maio de 2017

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

**RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA**

**SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS**

09/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNÇÃO	ISENTO	DEFERIDO
09/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNÇÃO	ISENTO	DEFERIDO
11/05/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNÇÃO	ISENTO	DEFERIDO
11/05/2017	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
11/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
11/05/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	MOTO CLUBE DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	URBAN EXTREME, LIMITADA	6,15 €	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	GRUPO MOTARD ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	ROTEIROS AVENTURA,P.L. F. UNIPessoal	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA DE RECINTO DE DIVERSÃO PROVISÓRI	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO MILHARADO	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO MILHARADO	ISENTO	DEFERIDO
23/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E DESPORTO DA TESOUREIRA	ISENTO	DEFERIDO
23/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E DESPORTO DA TESOUREIRA	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E DESPORTO DA TESOUREIRA	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA	ISENTO	DEFERIDO
23/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SOCIEDADE RECREATIVA E MUSICAL DE VILA FRANCA DO ROSÁRIO	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	SOCIEDADE RECREATIVA E MUSICAL DE VILA FRANCA DO ROSÁRIO	ISENTO	DEFERIDO
23/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA E MUSICAL DE VILA FRANCA DO ROSÁRIO	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO RECREATIVO SOBRALENSE	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA DO RANCHO FOLCLÓRICO DE MONTE GODEL	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA DO RANCHO FOLCLÓRICO DE MONTE GODEL	ISENTO	DEFERIDO
18/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA DO RANCHO FOLCLÓRICO DE MONTE GODEL	ISENTO	DEFERIDO
23/05/2017	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	GALA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO LIVRAMENTO E AZUEIRA	ISENTO	DEFERIDO
26/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GALA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO LIVRAMENTO E AZUEIRA	ISENTO	DEFERIDO
23/05/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO SILVESTRE DO GRADIL	ISENTO	DEFERIDO



27.1.4/2017/40  
edec 2017/26194

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra  
Praça do Município  
2644 - 001 MAFRA

SUA REFERÊNCIA  
7683  
27.1.9/2017/40

SUA COMUNICAÇÃO DE  
15-05-2017

NOSSA REFERÊNCIA  
Nº: 1208/2017  
ENT.: 1668/2017  
PROC. Nº: 57.02/2017

DATA  
05-06-2017

ASSUNTO: MOÇÃO - TAPADA NACIONAL DE MAFRA - ABATE E OCULTAÇÃO DE SOBREIROS E PERTURBAÇÃO DE  
HABITAT DE AVES PROTEGIDAS

Em resposta às perguntas formuladas na moção mencionada em epígrafe, encarrega-me o Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, de informar V. Exa. do seguinte:

**1. Foram ou não abatidos sobreiros na semana de 02 a 05 de maio de 2017 na Tapada Nacional de Mafra?**

No âmbito dos trabalhos de gestão florestal da Tapada Nacional de Mafra, relacionados com a abertura de faixas de contenção de incêndios, foi iniciada uma ação de limpeza e regularização de alguns caminhos tendentes a criar condições de segurança e para fazer face a uma eventual necessidade de intervenção de meios de combate a incêndios. No decurso dessas operações, foi necessário remover dois troncos secos, uma árvore manifestamente seca e outra decrépita, com uma inclinação muito acentuada sobre a via e sobre outra árvore, impedindo a circulação.

**2. Em caso afirmativo:**

**a) Quem determinou o abate?**

Tendo em conta que as árvores estavam na eminência de cair sobre a via e que a obstruíam, impedindo a circulação de veículos de emergência e representando perigo para os pedestres e para os utentes, na sua maioria crianças, que circulam no interior dos comboios, a Diretora da Tapada Nacional de Mafra determinou que, durante as operações de limpeza, os troncos fossem removidos.

**b) Quantos sobreiros foram abatidos?**

Foi necessário remover dois troncos secos, uma árvore manifestamente seca e outra decrépita, com uma inclinação muito acentuada sobre a via e sobre outra árvore, impedindo a circulação.

**c) Qual a base legal adotada?**

O princípio da precaução, tendo em conta o estado das “árvores”, tendo havido comunicação imediata ao ICNF.

**3. Relativamente à espécie protegida - o Açor:**

**a) Confirma-se a existência de um ninho nas imediações da intervenção?**

Sim, a uma distância de cerca de 150 metros do local da intervenção.

**b) Confirma-se a morte das crias?**

Tratando-se de uma espécie protegida, não foi feita qualquer operação de “visita” ao ninho, tendo em conta que a observação do mesmo tem revelado intensa atividade por parte das aves adultas, o que indicia não ter havido perturbação para as crias.



**4. Relativamente às máquinas da Câmara Municipal de Torres Vedras:**

**a) Existe algum acordo de colaboração/protocolo celebrado entre as duas entidades?**

Sim, dada a escassa colaboração da Câmara Municipal de Mafra neste domínio e face à necessidade inadiável de recuperar caminhos, cujo estado punha em causa a segurança dos utentes, a Tapada Nacional de Mafra contou com a colaboração da Câmara Municipal de Torres Vedras, formalizada através de um Acordo de Parceria.

**b) Se sim:**

**i. Quais os seus termos e condições que habilitem à citada intervenção?**

Segue em anexo cópia do documento.

**ii. Quem o subscreveu e em que data?**

Segue em anexo cópia do documento.

**5. Face à gravidade das denúncias que vieram a público, que medidas concretas ordenou para esclarecer esta situação?**

Perante as notícias publicadas, o Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural solicitou, naturalmente, esclarecimentos à Direção da Tapada Nacional de Mafra.

**6. Tendo esta Câmara Municipal, já há algum tempo, apresentado, a Vossa Excelência, duas propostas de modelo de gestão, nomeadamente o reforço da participação da Câmara Municipal no capital social da TNM, com vista à assunção da sua gestão, ou a integração desta Tapada na empresa “Parques de Sintra & Mafra - Monte da Lua”, que decisão foi tomada por Vossa Excelência?**

Não obstante esta questão ter sido suprimida da moção enviada ao Gabinete do Ministro da Agricultura e tendo esta mesma questão sido tornada pública, não pode deixar de ser respondida. Assim, a ponderação sobre o futuro da Tapada Nacional de Mafra, bem como o esclarecimento -de atos de gestão anteriores a 31.03.2016, estão a ser objeto de avaliação no Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, devendo ser transmitidas aos seus representantes na Direção da Tapada Nacional de Mafra as orientações consideradas adequadas, no momento que for julgado oportuno.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Regina Pinto Lopes

ANEXOS: DOC. CIT.

## ACORDO DE PARCERIA

Entre:

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CENTRO TURÍSTICO, CINEGÉTICO E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, com sede no Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra, pessoa coletiva n.º 504 295 071, aqui representada pela Presidente da Direção, Drª Paula Simões, pelo Tesoureiro da Direção, Drº Manuel Pina e pelo Vogal da Direção Prf. Doutor Augusto Gouveia, com poderes para o ato, abreviadamente designada pro TNM;

e

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, pessoa coletiva nº 502 173 653, com sede na Avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Antunes Bernardes, nos termos do art. 35º, nº 1, alínea a) do regime jurídico das autarquias locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, doravante abreviadamente designada por MTV;

Considerando que a Tapada Nacional de Mafra (TNM) constitui uma importante mancha florestal (850 hectares), uma floresta mediterrânica com espécies autóctones, com elevados níveis de biodiversidade e é uma referência a nível nacional pelas suas características únicas em termos ambientais, históricos e culturais e com elevadas potencialidades turísticas, cinegéticas e ambientais;

Considerando que nestes ecossistemas desenvolvem-se estratégias de gestão e preservação da biodiversidade, alinhadas com os objetivos estratégicos definidos pela estratégia nacional e europeia da biodiversidade e de carbono zero, espelhado pelo elevado índice anual de visitação e a estreita colaboração de largas dezenas de entidades que realizam ações de voluntariado ambiental e donativos;

Considerando que a manutenção destes ecossistemas impõe elevados investimentos em termos de erradicação das espécies exóticas invasoras, limpeza e gestão da massa florestal para níveis que minimizem a deflagração e combustão de incêndios;

Considerando que a resiliência destes ecossistemas só é possível com a colaboração de entidades conscientes da importância e alinhadas na prossecução das estratégias atrás referidas, pois a Tapada Nacional de Mafra carece de uma constante intervenção em termos de gestão do combustível e abertura de caminhos que permitam a fácil circulação dos veículos de prevenção e combate a incêndios florestais, não dispondo de maquinaria pesada nem meios humanos com capacidade para as manobrar;

Considerando que o Município de Torres Vedras, tendo presente o elevado valor natural, histórico e cultural da Tapada Nacional tem um importante histórico de desenvolvimento de parcerias com esta entidade, designadamente, através da dinamização conjunta, também com a Comissão Nacional da UNESCO, de concursos escolares anuais destinados a todos os agrupamentos de escolas e estabelecimentos de ensino básico do 1º, 2º e 3º ciclos do concelho de Torres Vedras, no âmbito da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DNUEDS (2005 - 2014) que tiveram como objetivo sensibilizar alunos e professores para as temáticas da sustentabilidade, energia, floresta e prevenção de incêndios florestais;

Considerando que o Município de Torres Vedras tem atribuições nos domínios do ambiente e educação ambiental, proteção civil e defesa da floresta contra incêndios, prosseguindo uma estratégia de âmbito local e participando no desenvolvimento de planos e programas de âmbito nacional e regional na prevenção, sensibilização, vigilância, deteção e redução da incidência dos incêndios e de recuperação e reabilitação dos ecossistemas através da necessária coordenação de meios e da adoção de medidas de planeamento integrado a nível local e distrital;

Considerando que nos termos das alíneas o) e u) do nº 1 do art. 33º do RJAL, compete ao MTV deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e apoiar atividades de interesse para o município e que a TNM tem como relevantes atribuições estatutárias a investigação e preservação da fauna e da flora, a educação ambiental, nomeadamente através de acções de divulgação das regras cívicas básicas relativas à preservação do ambiente, visando especialmente a população escolar e que, como tal constituem igualmente atividades de interesse para o município;

Considerando que o MTV está dotado e pode disponibilizar equipamentos e operadores experientes na área da limpeza da floresta, gestão de combustível e manutenção de caminhos,

apoando dessa forma a atividade da TNM e contribuindo para minimizar os riscos associados para o património florestal e assegurando a defesa da floresta contra incêndios, em benefício do interesse público municipal, atendendo à contiguidade dos territórios dos concelhos de Mafra e Torres Vedras,

É celebrado, de boa-fé, e reciprocamente aceite entre os supra identificados Outorgantes, o presente acordo de parceria que, feito em duas vias, que se rege pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O presente acordo define as condições da parceria entre os outorgantes no âmbito da prevenção de incêndios florestais e do desenvolvimento de ações de educação ambiental.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Obrigações do MTV**

Para prossecução do objeto do presente acordo o MTV compromete-se a:

- a) Assegurar com o limite de duas intervenções por ano, a realização dos trabalhos de limpeza de mato, gestão de combustível e abertura e recuperação de caminhos prioritários para a prevenção e combate aos incêndios florestais referidos na alínea a) da cláusula 3ª;
- b) Informar a TNM da sua disponibilidade em termos de máquinas, manobreadores e datas disponíveis para a realização desses trabalhos bem como as máquinas que colocará no terreno e a duração dos trabalhos a executar;
- c) Disponibilizar à TNM, após a análise da oportunidade do pedido, as máquinas e manobreadores experimentados para execução dos trabalhos.

#### **Cláusula 3ª**

##### **Obrigações da TNM**

No âmbito do presente protocolo a TNM compromete-se a:

- a) Submeter à apreciação do MTV uma relação dos trabalhos de limpeza de mato, gestão de combustível e abertura e recuperação de caminhos prioritários para a prevenção e combate aos incêndios florestais, referindo o seu tipo, localização e área de intervenção;
- b) Assegurar as visitas técnicas que se mostrem necessárias aos locais identificados;

- c) Disponibilizar ao MTV bilhetes para percursos de visitas e actividades de educação ambiental a realizar por escolas do concelho de Torres Vedras na Tapada Nacional de Mafra, nas condições a acordar posteriormente pelas partes;
- d) Ceder espaços para realização de eventos de interesse municipal, designadamente nos domínios da defesa da floresta contra incêndios, ambiente e sustentabilidade e educação ambiental;
- e) Colaborar com o MTV na organização e promoção de eventos desde que enquadrados no seu objeto social, designadamente no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, ambiente e sustentabilidade e educação ambiental.

#### Cláusula 4ª

##### Alterações ao Acordo

Qualquer alteração ou adaptação pelos Outorgantes dos termos ou resultados previstos neste acordo será precedida de prévia celebração da respetiva adenda.

#### Cláusula 5ª

1. O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e é celebrado pelo prazo de um ano, renovável por iguais e sucessivos períodos, enquanto não for denunciado por nenhuma das partes.
2. Qualquer das partes poderá denunciar o presente acordo, a todo o tempo e sem necessidade de fundamentação, desde que o faça mediante comunicação escrita dirigida à outra parte, com antecedência de 30 dias em relação à data em que a denúncia deva produzir efeitos.

Feito em duplicado em Mafra, aos 20 dias do mês de abril de 2017

Pela Tapada Nacional de Mafra:

Paula Cristina Simões

Augusto José de Sousa Gonçalves

Pelo Município de Torres Vedras

Albino Almeida



# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

83



Exmo. Senhor Presidente da  
Câmara Municipal de Mafra  
Praça do Município  
2644-001 Mafra

*A reunião*  
*refusa-se*  
29/05/17

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência  
AM\_Saida/2017/17

Data  
19-05-2017

Assunto: **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE MAIO DE 2017 - MINUTAS DE DELIBERAÇÕES**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão extraordinária realizada no dia 18 de maio corrente, sobre os seguintes assuntos:

- Declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão e resgate da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra e pagamento da indemnização e compensação devidas. Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra;
- Contratação de empréstimo tendo em vista o pagamento de indemnização e compensação devidas à concessionária pelo resgate da concessão e declaração de nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal,

*José Bizarro*  
(José Bizarro)



Assembleia Municipal

Praça do Município • 2644-001 • Mafra  
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130  
e-mail: [assembleia@cm-mafra.pt](mailto:assembleia@cm-mafra.pt)  
Internet: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)

*anexo IV*



# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

84

SESSÃO DE 18/05/2017

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2. – ASSUNTO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO TENDO EM VISTA O PAGAMENTO DE INDEMINIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS À CONCESSIONÁRIA PELO RESGATE DA CONCESSÃO E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO.** -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar as propostas de contração de empréstimos ao Banco Português de Investimento, S.A. para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à Concessionária da Reversão da Concessão, no montante de € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros), bem como ao Banco Santander Totta, S.A. para o financiamento dos custos do resgate da Concessão, no montante de € 7.116.224,00 (sete milhões cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), dado terem sido as instituições de crédito que apresentaram as propostas economicamente mais vantajosas.

Mais deliberou, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e face ao princípio da boa gestão financeira que a decisão de resgate da concessão do serviço de água e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão se traduz, autorizar a realização da despesa de investimento superior a 10% da despesa de investimento prevista no orçamento de exercício.

ASSINATURAS:

\_\_\_\_\_  
*[Signature]*

\_\_\_\_\_  
*[Signature]*

\_\_\_\_\_  
*[Signature]*



MUNICÍPIO DE MAFRA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
MINUTA

85

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 18/05/2017

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2. - ASSUNTO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO TENDO EM VISTA O PAGAMENTO DE INDEMINIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS À CONCESSIONÁRIA PELO RESGATE DA CONCESSÃO E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO.** -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO): *Deliberou ainda, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, autorizar a assunção de compromissos plurianuais resultante da decisão de resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de concessão.*

*Por fim deliberou, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a 3.ª revisão aos Documentos Previsionais – 5.ª Modificação Orçamental, modificando o orçamento da receita em inscrições e reforços e diminuições e anulações no valor de 5,00€, o orçamento da despesa em inscrições e reforços e diminuições e anulações no valor de 150.605€, o Plano Plurianual de Investimentos, inscrições e reforços e diminuições e anulações no valor de 15,00€ e o Plano de Atividades Municipais inscrições e reforços no valor de 150.590€ ..... -----*

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23. PSD/PSD; S.P.S.; ICPS/PP, J. José Botelho. ....

Votos Contra: -----

Abstenções: 3 votos. COU. ....

declaração voto: CDS e PSD/PSD.

ASSINATURAS:



# MUNICÍPIO DE MAFRA

86

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 18/05/2017

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. - ASSUNTO: **DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E RESGATE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA E PAGAMENTO DA INDEMINIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS. CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA.** -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

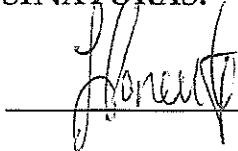
PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

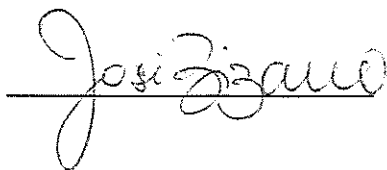
INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

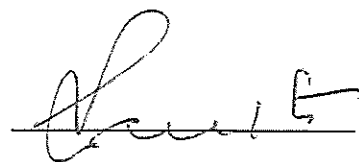
DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 162.º com a alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º todos do CPA, pelos fundamentos de facto e de direito que constam do parecer intitulado "DA (IN)VALIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA", das propostas subscritas pelo Exmo Sr Vice-presidente presentes em reunião de Câmara realizadas em 9 de dezembro de 2016 e 11 de maio de 2017, e das informações interno 2016/17391 e 2017/6892, declarar a nulidade do segundo e terceiro aditamentos ao contrato da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra.-----

--- Mais deliberou, nos termos da mesma proposta, o acionamento do resgate por se encontrarem observados os requisitos previstos na cláusula 2.8 do contrato de concessão validamente celebrado, dado que o interesse público e os princípios da boa gestão financeira são incomensuravelmente melhor prosseguidos, se se operar o resgate da concessão, e já decorreu um quinto do prazo da concessão.-----

ASSINATURAS:









# MUNICÍPIO DE MAFRA

87

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 18/05/2017

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. - ASSUNTO: **DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E RESGATE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA E PAGAMENTO DA INDEMINIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO DEVIDAS. CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA.** -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO):** *Deliberou, ainda, sob proposta da Câmara Municipal, sem prejuízo do valor definitivo que vier a ser apurado após a quantificação dos valores contabilísticos em falta e da data concreta da produção de efeitos das decisões a tomar, e pelos fundamentos de facto e de direito que constam da documentação anexa, pagar uma indemnização pela declaração de nulidade que atinge o valor de € 9.224.384,00 (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro euros) e uma compensação pelo resgate da concessão no valor de € 7.116.224,00 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando, o valor da indemnização e compensação em € 16.340.608,00 (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil e seiscentos e oito euros), sob a condição de serem visados previamente pelo Tribunal de Contas os contratos de financiamento cuja aprovação se propõe.*-----

*--- Deliberou, ainda, nos termos do disposto nos Decretos-Lei n.ºs 194/2009, de 20 de agosto, 305/2009, de 23 de outubro e Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, adotar o modelo de gestão direta dos serviços de águas e saneamento, através da subsequente criação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.*

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/Maioria. -----

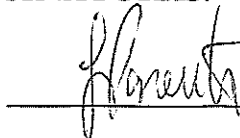
**Votos a Favor:** 23 PPdPSD; 9 PS; 1 CDS-PP; 1 MdePentele.....

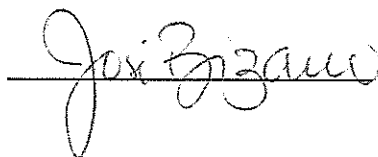
**Votos Contra:** .....

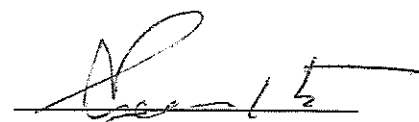
**Abstenções:** 3 votos da CDU.....

*declaração de voto: CDS e PPdPSD.*

ASSINATURAS:







**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Propunha que o assunto  
seja reunido à  
Reunião do Orçamento  
Excecional.

2017/06/06

O Vereador,

Concordo com a presente  
informação.

6/6/2017

A Diretora de Departamento,

Concordo com a informação.  
Submeto à consideração  
Superior.

06/06/2017

A Chefe de Divisão,

**DESPACHO**

A reunião

06/06/17

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/7140****ASSUNTO:** Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o ano de 2018

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, o art.º 31 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que:

- São anualmente inscritos na Lei do Orçamento do Estado os montantes e as datas das transferências financeiras correspondentes às receitas municipais previstas nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 25.º;
- Os montantes correspondentes à participação dos municípios nas receitas referidas no número anterior, com exceção da relativa ao FEF, são inscritos nos orçamentos municipais como receitas correntes e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do mês correspondente;

anexo VI



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

- c) Cada município, através do seu órgão executivo, pode decidir da repartição dos montantes referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 90 % do FEF;
- d) Os municípios informam a DGAL, anualmente, até 30 de junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, de qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90%.

Face ao exposto, propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo, para aprovação da repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), para o ano de 2018, em 90% para a receita corrente e 10% para a receita de capital, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

À consideração superior,

Mafra, 6 de junho de 2017

A Técnica Superior

*Cândida Jacinto*

(Cândida Jacinto)



13

89

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos****PARECER****DESPACHO**

À Reunião de Câmara.

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

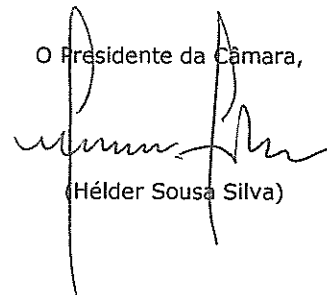
O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

02/06/2017

O Presidente da Câmara,



(Helder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO RecHumanos/2017/3130**

**ASSUNTO:** Proposta de Constituição do Júri do Procedimento de Concurso para Chefe de Divisão Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais.

Na sequência do despacho n.º 11/2017 PCM, de 15 de março, do Exmo Sr. Presidente, de nomeação em regime de substituição do dirigente da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, com efeitos a 01.04.2017, torna-se premente, proceder a abertura de procedimento concursal, com vista à nomeação em comissão de serviço, pelo período de 3 anos.

A área de atuação do cargo a prover é a constante do artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e dos artigos 16.º, 18.º e 32.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais - Estrutura e competências (ROSMEC), publicado pelo Despacho n.º 354/2014, na 2.ª série, do Diário da República, n.º 5, de 8 de Janeiro.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

#### **Divisão de Recursos Humanos**

De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, os candidatos terão de reunir os seguintes requisitos de provimento:

- a) Ser trabalhador em funções públicas, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo;
- b) Possuir Licenciatura em Engenharia Civil;
- c) Ter quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias, para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.
- d) O candidato deve ainda deter competências técnicas para desempenhar funções no âmbito das áreas genéricas e específicas da Divisão, nos termos dos artigos 16.º, 18º e 32.º, do ROSMEC.

Métodos de seleção: Avaliação Curricular e Entrevista Pública de Seleção.

Os critérios da avaliação curricular serão definidos pelo júri em ata de critérios, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

Determina o artigo 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto, que:

*"1-O júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composto por um presidente e dois vogais.*

*2 - O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal.*

*3 - Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.*

*4 - Aos membros do júri que não sejam vinculados à Administração Pública é devida remuneração, a fixar pela câmara municipal, cujo montante não pode ser superior ao fixado nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro."*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

30

Assim, **proponho que a composição do júri do procedimento de concurso** seja a seguinte:

**Presidente:** Bruno Manuel Franco Miranda - Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente;

**1ª Vogal Efetivo:** Pedro Miguel do Amaral Martins – Chefe da Divisão Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;

**2º Vogal Efetivo:** Milene Alexandra Mourato Leitão Vieira – Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

À consideração do Sr. Presidente, o envio a deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

Mafra, 2 de junho de 2017

A Diretora do Departamento

Ana Viana



24

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER****DESPACHO**

...../...../.....

O Vereador,

*Concordo com o parecer  
supracitado.**6/6/2017*A Diretora de Departamento, *puarner.**Concordo com a Intimação  
Submeto à Consideração Superior**06/06/2017*

A Chefe de Divisão

*[Signature]**[Signature]**06/06/17*

O Presidente da Câmara,

*[Signature]*  
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/8393**

**ASSUNTO:** Encerramento do Mercado Municipal da Ericeira nos dias 12, 19 e 26 de junho de 2017

1. Considerando que se verifica a necessidade de efetuar uma higienização no Mercado Municipal da Ericeira, nos dias 12, 19 e 26 de junho 2017 (segundas-feiras).
2. Considerando que o Regulamento dos Mercados do Município de Mafra estipula na alínea d) do seu artigo 16.º:  
- Os Mercados encerram obrigatoriamente dois períodos por ano, a anunciar com 30 dias de antecedência, para efeitos de higienização

*anexo VII*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

.../...

3. Considerando o atrás exposto, submete-se à consideração superior o possível encerramento do Mercado Municipal de Ericeira nos próximos dias 12, 19 e 26 de junho de 2017 (segundas-feiras) e cuja decisão, admitindo-se enquadrável na alínea d) do n.º 1 do art.º 16.º, conjugada com o n.º 2 do mesmo artigo do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, deverá ser tomada pelo Executivo Municipal em reunião camarária.

Mafra, 6 de junho de 2017

A Assistente Técnica,

*Maria João Paulino*

Maria João Paulino

Face ao exposto na presente informação propõe-se que o assunto seja submetido ao órgão executivo.

À Consideração Superior.

6/06/2017  
A Técnica Superior  
Rita Cosme  
À Consideração Superior

## Artigo 13.º

**Mudança de atividade**

1 — A alteração do ramo de comércio ou, de modo geral, da natureza da atividade exercida nos espaços de venda atribuídos carece de prévia autorização da Câmara Municipal.

2 — O pedido referido no número anterior pode ser recusado se contrariar o equilíbrio da oferta ou a diversificação comercial do Mercado ou se colocar em causa a higiene e segurança dos géneros alimentícios comercializados nos Mercados.

**CAPÍTULO IV****Normas de funcionamento dos mercados**

## Artigo 14.º

**Organização dos Mercados**

1 — Os Mercados deverão:

a) Dispor de infraestruturas necessárias e adequadas ao funcionamento e à respetiva dimensão, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica e pavimentação do espaço adequadas;

b) Estar organizados por sectores, de forma a haver perfeita delimitação entre os tipos de produtos comercializados, particularmente entre setores de produtos alimentares e não alimentares;

c) Dispor de espaços identificados e delimitados, com dimensões adequadas ao volume de vendas e natureza dos produtos;

d) Dispor de um sistema de recolha e remoção de resíduos sólidos e subprodutos de origem animal gerados nos Mercados;

e) Ter afixadas as regras de funcionamento;

f) Dispor de uma caixa de sugestões para uso dos utentes;

g) Possuir Livro de Reclamações para uso dos utentes;

h) Disponibilizar, em local bem visível, uma balança, na qual os utentes poderão confirmar o peso dos produtos adquiridos.

2 — Quaisquer anomalias detetadas pelos titulares do direito de ocupação de espaços de venda ou pelos utentes, respeitantes à organização, funcionamento, limpeza e segurança dos mercados, incluindo as motivadas pela atuação do pessoal ali em serviço, deverão ser reportadas, por escrito, à Câmara Municipal.

## Artigo 15.º

**Regras de utilização dos espaços de venda**

1 — Os titulares do direito de ocupação de espaços de venda e seus colaboradores estão obrigados a utilizar, de forma prudente, os lugares de venda, sendo integralmente responsáveis pelos danos provocados nas instalações ou nos equipamentos, bem como pelas utilizações abusivas que eventualmente deles sejam feitas.

2 — Nos espaços de venda não poderão ser feitas quaisquer beneficiações ou alterações sem prévia autorização da Câmara Municipal.

3 — Os espaços de venda não podem ser utilizados para fim ou atividade diversa da autorizada, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º do presente regulamento.

## Artigo 16.º

**Horário de funcionamento**

1 — O horário de funcionamento dos Mercados é o seguinte:

a) Abertura às 7:00h e encerramento às 15:00h, de domingo a quinta-feira;

b) Abertura às 7:00h e encerramento às 20:00h, às sextas-feiras e sábados;

c) Nos dias de natal, ano novo, domingo de Páscoa, 25 de abril, 1.º de maio e feriado municipal, os Mercados estão encerrados;

d) Os Mercados encerram obrigatoriamente dois períodos por ano, a anunciar com 30 dias de antecedência, para efeitos de higienização;

e) Os Mercados encerram, ainda, semanalmente, à segunda-feira, exceto no período de 1 de junho a 30 de setembro.

2 — Para além dos dias mencionados na alínea c) do número anterior, por deliberação da Câmara Municipal, poderá ser determinado o encerramento noutros dias de qualquer dos Mercados, bem como, pontualmente alterado o respetivo horário de funcionamento.

3 — Aos titulares do direito de ocupação de bancas e lugares de terrado é concedida uma hora após o encerramento dos Mercados para recolherem e acondicionarem os seus produtos e mercadorias, bem como procederem à higienização dos espaços de venda, mediante a lavagem

e desinfecção do local e dos equipamentos de exposição, manipulação, preparação e venda de géneros alimentícios.

4 — As lojas fecharão as portas interiores uma hora após o encerramento dos Mercados e encerrarão as exteriores no horário escolhido pelo titular do direito de ocupação de espaço de venda, sem prejuízo das restrições previstas no Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra.

5 — Após o encerramento diário dos Mercados é proibida a entrada ou permanência de utentes, bem como de pessoas estranhas ao serviço, sem prejuízo do acesso às instalações sanitárias dos utentes das lojas, quando nelas se exerça a atividade prestação de serviços de restauração ou de bebidas.

## Artigo 17.º

**Entrada e saída de mercadoria**

1 — A entrada e saída de mercadoria far-se-á pelos locais disponíveis para o efeito, adequadamente assinalados nos Mercados, sendo expressamente proibida, salvo casos de força maior, a paragem de viaturas nos locais de entrada e saída.

2 — Aquando da entrada de mercadoria, os titulares do direito de ocupação de espaços de venda deverão fazer prova, quando solicitada pelos trabalhadores municipais, de que possuem o pagamento das taxas em dia e fazer-se acompanhar de faturas comprovativas da aquisição de produtos para venda ao público, nos termos previstos no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, com exceção dos artigos de fabrico ou produção própria.

3 — É permitida aos titulares do direito de ocupação de espaços de venda a entrada até uma hora antes da abertura dos Mercados, a fim de exporem os géneros ou artigos a transacionar.

4 — A entrada de mercadoria nos Mercados só é permitida até às 9:00h.

## Artigo 18.º

**Operações de carga e descarga**

A carga, descarga e condução dos géneros e volumes deve ser feita diretamente dos veículos para os espaços de venda ou destes para aqueles, não sendo permitido acumular géneros e volumes quer nos arruamentos interiores dos Mercados, quer no exterior dos mesmos.

## Artigo 19.º

**Circulação e estacionamento**

1 — É expressamente proibida a utilização, no interior dos Mercados, de qualquer tipo de veículo, motorizado ou não motorizado, para transporte de mercadorias.

2 — O estacionamento dos veículos dos titulares do direito de ocupação de espaços de venda, em zona próxima aos Mercados far-se-á de acordo com a sinalização existente no local e em observância das disposições constantes no Código da Estrada e demais legislação aplicável.

3 — Nenhum local de estacionamento pode ser utilizado para depósito de mercadorias.

## Artigo 20.º

**Utilização das partes comuns**

1 — É da responsabilidade da Câmara Municipal a manutenção, conservação e limpeza das partes comuns dos Mercados, bem como dos equipamentos de uso coletivo.

2 — Os titulares do direito de ocupação de espaços de venda e seus colaboradores deverão utilizar, de forma prudente, as partes comuns dos Mercados, sendo integralmente responsáveis pelos danos provocados nas instalações ou nos equipamentos, bem como pelas utilizações abusivas que eventualmente delas sejam feitas.

**CAPÍTULO V****Direitos e obrigações dos titulares de espaços de venda**

## Artigo 21.º

**Direitos dos titulares de espaços de venda**

Os titulares do direito de ocupação de espaços de venda, no exercício da sua atividade nos Mercados, têm direito a:

a) Ocupar o espaço de venda atribuído, nos termos e condições previstas no presente regulamento;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

**PARECER**

Concordo.

A consideração do Excmo Senhor  
Presidente.

01./06./2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o  
assunto seja objeto de  
deliberações pelo órgão  
executivo.

29/05/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta.

30/05/2017

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

A reunião

06/06/17

O Presidente da Câmara,

  
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/7583****ASSUNTO:** Representantes do Município nos Conselhos Gerais

O Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, na sua atual redação, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário que são asseguradas por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objetivos referidos nos artigos 3.º e 4.º do referido decreto-lei, entre os quais, o conselho geral.

O conselho geral é o órgão de direção estratégico responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade do agrupamento ou escola não agrupada, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Conforme o ponto n.º 2 do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, na composição do conselho geral, tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. Os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia (n.º 4 do artigo 14.º).

anexo IX



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

#### Divisão de Educação e Juventude

O número de elementos que compõem o conselho geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno, devendo ser um número ímpar não superior a 21. De referir que, nos regulamentos internos dos agrupamentos de escolas e da escola não agrupada do Concelho de Mafra, está estabelecida a participação de três representantes do Município.

Nesta sequência, a Câmara Municipal deliberou, no dia 24 de janeiro de 2014, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, conjugado com a alínea II) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designar os representantes do Município, nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Ericeira, Venda do Pinheiro e prof. Armando de Lucena – Malveira e da Escola Secundária José Saramago – Mafra, nos seguintes termos:

Designação	Representantes Efetivos	Rep. Suplentes
Agrupamento de Escolas da Ericeira	Vereadora Célia Batalha Fernandes Dra. Susana Marques Dra. Patrícia Duarte	Dra. Ana Isabel Martins Dra. Margarida Infante Dra. Susana Marques Dra. Patrícia Duarte Dra. Mónica Mendes Dra. Filipa Simões
Agrupamento de Escolas de Mafra	Vereadora Célia Batalha Fernandes Dra. Susana Marques Dra. Patrícia Duarte	
Agrupamento de Escolas Prof. Armando de Lucena – Malveira	Vereadora Célia Batalha Fernandes Dra. Margarida Infante Dra. Mónica Mendes	
Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro	Vereadora Célia Batalha Fernandes Dra. Margarida Infante Dra. Mónica Mendes	
Escola Secundária José Saramago – Mafra	Vereadora Célia Batalha Fernandes Dra. Margarida Infante Dra. Patrícia Duarte	

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação, o mandato dos membros do conselho geral tem a duração de quatro anos e que o mandato dos membros dos Conselhos Gerais do Município de Mafra termina no final do ano escolar de 2016/2017;

Face ao exposto, submete-se à consideração superior a designação dos representantes do Município nos próximos mandatos dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Ericeira, Venda do Pinheiro e prof. Armando de Lucena – Malveira e da Escola Secundária José Saramago – Mafra.

Mafra, 19 de maio de 2017.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo, proponho que o  
anúncio seja entregue a  
Zémar de Sousa.

06.06.2017 Aldine

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que  
o assunto seja objecto  
de deliberação pelo  
órgão executivo.

06/06/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Isabel

Concordo com o proposto.

06/06/2017

O(A) Chefe de Divisão

Paulo Ribeiro

**DESPACHO**

Arquivado

06/06/17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva

**INFORMAÇÃO Interno/2017/8155**

**ASSUNTO:** Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil 2017 – comparticipações financeiras

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião do dia 03 de março de 2017, sobre a abertura do prazo para a apresentação de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil e após o termo do mesmo, foram recebidas um total de oito (8) candidaturas.

A Comissão de análise de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil, nomeada pela Câmara Municipal, constituída pelos Técnicos Superiores, Isabel Ramalhete, Paula Santos e Nuno Benedito, reuniu e apreciou as candidaturas submetidas.

Efetuada a análise de todas as candidaturas, propõe-se que a Câmara Municipal defira as candidaturas e as respetivas comparticipações financeiras de acordo com

anexo X



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

o constante no Mapa anexo à presente Informação, nos termos do número 8 do artigo 3.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo.

Mafra, 01 de junho de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional,

(Paula Santos)



PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO JUVENIL  
2017

ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS  
ESCUTEIROS E ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Designação da Entidade		2017	
		N.º de Elementos	Comparticipação a atribuir
1	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1103 de Santo Isidoro	99	1 188,00 €
2	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1188 do Milharado	141	1 692,00 €
3	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1277 da Encarnação	64	768,00 €
4	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 488 de Mafra	95	1 140,00 €
5	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 997 da Azueira	70	840,00 €
6	Escoteiros de Portugal - Grupo 250 de Mafra	92	1 104,00 €
7	Departamento de Crianças e Jovens da Igreja Evangélica do Livramento	100	1 200,00 €
8	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 679 de Ericeira	48	576,00 €
TOTAL		709	8 508,00 €

## INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017							
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL					
Classificação Económica	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
		Transferências Correntes					
Classificação Funcional	2.5.2. 01	Desporto, recreio e lazer					
		Apoio ao Associativismo					
N.º Rubrica do Plano	2015 A 6						
			Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial		656.210,00				
2	Reforços / Anulações		15.000,00				
3	Congel. / Descongela. ( não aplicável)						
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido		671.210,00				
5	Encargos Assumidos (a)		43.000,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível		628.210,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		9.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual		619.210,00				

Data: 2017/02/27 Numero de lançamento no diário do orçamento: 3011

Proposta de Cabimento n.º 2017/838

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO NO ÂMBITO DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL 2017."

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO  
2017.02.27 16:49:04 Z



23.

97

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Proponho que  
o assunto seja submetido a  
Reunio de Câmara.

06/06/17 Aldemir D. M.

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que  
o assunto seja objeto  
de deliberacao pelo  
órgão executivo.  
06/06/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

de aparel

Concordo com o proposto.

06/06/2017

O(A) Chefe de Divisão

Paulo Ribeiro

**DESPACHO**

Alexandre

06/06/17

O Presidente da Câmara,

Helder Sousa Silva

(Helder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/8153**

**ASSUNTO:** Programa de Apoio ao Associativismo Cultural 2017 – participações financeiras

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião do dia 03 de março de 2017, sobre a abertura do prazo para a apresentação de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e após o termo do mesmo, foram recebidas um total de vinte e nove (29) candidaturas, quinze (15) respeitantes à vertente do folclore, dez (10) respeitantes à vertente da música e quatro (4) na área dos apoios pontuais.

A Comissão de análise de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Cultural, nomeada pela Câmara Municipal, constituída pelos Técnicos Superiores Maria do Carmo Almeida, Paula Santos e Maria Manuel Bringel, reuniu e apreciou as candidaturas submetidas.

anexo XI



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**


#### **Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

Efetuada a análise de todas as candidaturas, propõe-se que a Câmara Municipal defira as candidaturas e as respetivas comparticipações financeiras de acordo com o constante no Mapa anexo à presente Informação, nos termos do número 8 do artigo 3.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo.

Mafra, 01 de junho de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional,

(Paula Santos)

 <b>PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL 2017</b>	
<b>PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Folclore, Música e Apoios Pontuais</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Proposta 2017</b>
	<b>Comparticipação a atribuir</b>
<b>Folclore</b>	
1 Clube Desportivo e Recreativo Flores de Monfirre	1 000,00 €
2 Grupo Cultural de Danças e Cantares de São Miguel de Alcaíça	1 000,00 €
3 Grupo de Danças e Cantares de S. Estêvão das Galés	1 500,00 €
4 Grupo de Danças e Cantares de Vila de Canas	1 000,00 €
5 Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega	2 000,00 €
6 Rancho Folclórico "Cantarinhas de Barro"	2 000,00 €
7 Rancho Folclórico e Etnográfico de Cabeço de Montachique	1 000,00 €
8 Rancho Folclórico "Os Hortelões" da Ervideira	1 000,00 €
9 Rancho Folclórico do Livramento	1 500,00 €
10 Rancho Folclórico da Malveira	1 500,00 €
11 Rancho Folclórico de Monte de Godel	1 500,00 €
12 Rancho Folclórico "As Morangueiras" do Sobral da Abelheira	1 500,00 €
13 Rancho Folclórico da Murgeira	1 500,00 €
14 Rancho Folclórico São Miguel de Milharado	2 000,00 €
15 Rancho Folclórico de Vila Franca do Rosário	1 500,00 €
<b>Subtotal da Participação</b>	<b>21 500,00 €</b>
<b>Escolas de Música com Banda ou Orquestra</b>	
1 Associação Musical Nossa Senhora do Livramento	1 500,00 €
2 Casa do Povo de Enxara do Bispo	1 500,00 €
3 Escola de Música Juventude de Mafra	2 000,00 €
4 Filarmónica Cultural Ericeira	2 000,00 €
5 Sociedade Filarmónica 1.º Dezembro da Encarnação	1 500,00 €
6 Sociedade Recreativa e Musical de Vila Franca do Rosário	1 500,00 €
7 Orquestra Sinfónica de Jovens da Junta de Freguesia de Santo Isidoro	1 500,00 €
8 ACMM - Academia Musical do Milharado - Associação Musical e Cultural	1 000,00 €
<b>Subtotal da Participação</b>	<b>12 500,00 €</b>
<b>Grupos Corais</b>	
1 Grupo Coral de Mafra	750,00 €
2 Associação Musical Magis	750,00 €
<b>Subtotal da Participação</b>	<b>1 500,00 €</b>
<b>Candidaturas a Apoios Pontuais - Cultura</b>	
1 Colectivo A Tribo - Associação de Arte e Comunidade	500,00 €
2 AMALGAMA	500,00 €
3 Folefest - Associação de Acordeão	500,00 €
4 Associação Cultural MELECA	500,00 €
<b>Subtotal da Participação</b>	<b>2 000,00 €</b>
<b>TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO 2017</b>	<b>37 500,00 €</b>

## INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Transferências Correntes				
Classificação Funcional	2.5.1. 08	Cultura Apoio ao Associativismo				
N.º Rubrica do Plano	2014 A 35					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	656.210,00				
2	Reforços / Anulações	15.000,00				
3	Congel. / Descongela. ( não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	671.210,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	671.210,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	39.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	632.210,00				

Data: 2017/02/27 Numero de lançamento no diário do orçamento: 3009

Proposta de Cabimento n.º 2017/836

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO NO ÂMBITO DO ASSOCIATIVISMO CULTURAL 2017."

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO  
2017.02.27 16:45:14 Z



24.

100

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propõe-se que  
o assunto seja reunido a  
reunido do conselho.

06/06/17 *Almeida*

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que  
o assunto seja objecto  
de deliberação pelo  
órgão executivo.

06/06/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

*Ilacapabel*

concordo com o proposto.

...6./...6.../017

O(A) Chefe de Divisão

*Paula Ribeiro*

**DESPACHO**

*A reunião*

06/06/17

O Presidente da Câmara,

*Hélder Sousa Silva*  
(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/8154**

**ASSUNTO:** Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo 2017 – comparticipações financeiras

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião do dia 03 de março de 2017, sobre a abertura do prazo para a apresentação de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo e após o termo do mesmo, foram recebidas um total de dezoito (18) candidaturas.

A Comissão de análise de candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, nomeada pela Câmara Municipal, constituída pelos Técnicos Superiores Nuno Benedito, Paula Santos e Patricia Gomes, reuniu e apreciou as candidaturas submetidas.

Efetuada a análise de todas as candidaturas, propõe-se que a Câmara Municipal defira as candidaturas e as respetivas comparticipações financeiras de acordo com



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

o constante no Mapa anexo à presente Informação, nos termos do número 8 do artigo 3.º do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo.

Mafra, 01 de junho de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional,

(Paula Santos)



PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO  
2017

ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Designação da Coletividade		Proposta 2017	
		N.º de Atletas Federados Sub 18	Comparticipação a atribuir
1	Associação dos Amigos do Atletismo de Mafra	21	588,00 €
2	AARE - Associação dos Amigos do Rugby da Ericeira	64	1 792,00 €
3	Alcainça Atlético Clube	110	3 080,00 €
4	Associação Cultural e Desportiva do Milharado	128	3 584,00 €
5	Atlético Clube da Malveira	200	5 600,00 €
6	Casa do Povo de Mafra	10	280,00 €
7	Centro Sócio Cultural e Desportivo da Associação de Moradores de Ribamar	35	980,00 €
8	Clube Desportivo da Venda do Pinheiro	120	3 360,00 €
9	Clube Desportivo de Mafra	205	5 740,00 €
10	Clube Desportivo, Recreativo e Cultural de Vila Franca do Rosário	81	2 268,00 €
11	Clube Hiper-Activo, Cultura e Lazer	136	3 808,00 €
12	Ericeira Surf Clube	43	1 204,00 €
13	Grupo Desportivo União Ericeirense	240	6 720,00 €
14	Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Igreja Nova	64	1 792,00 €
15	LTKKA - Associação Kempo Ken Su Li Portugal	25	700,00 €
16	Sporting Clube do Livramento	56	1 568,00 €
17	Sporting Clube Encarnacense	123	3 444,00 €
18	RMSC - Associação Desportiva Real de Mafra	10	280,00 €
TOTAL		1671	46 788,00 €

## INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Transferências Correntes				
Classificação Funcional	2.5.2. 01	Desporto, recreio e lazer Apoio ao Associativismo				
N.º Rubrica do Plano	2015 A 6					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	656.210,00				
2	Reforços / Anulações	15.000,00				
3	Congel. / Descongél. ( não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	671.210,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	671.210,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	43.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	628.210,00				

Data: 2017/02/27 Numero de lançamento no diário do orçamento: 3010

Proposta de Cabimento n.º 2017/837

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO NO ÂMBITO DO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2017."

DULCE MARIA DUARTE  
LOURENÇO  
2017.02.27 16:43:54 Z

# INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017							
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL					
Classificação Económica	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
		Transferências Correntes					
Classificação Funcional	2.5.2. 01	Desporto, recreio e lazer					
		Apoio ao Associativismo					
N.º Rubrica do Plano	2015 A 6						
			Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial		656.210,00				
2	Reforços / Anulações		18.300,00				
3	Congel. / Descongela. ( não aplicável)						
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido		674.510,00				
5	Encargos Assumidos (a)		52.000,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível		622.510,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		3.788,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual		618.722,00				

Data: 2017/06/02 Numero de lançamento no diário do orçamento: 6142

Proposta de Cabimento n.º 2017/1744

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO NO ÂMBITO DO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2017 - ADITAMENTO À PRC 837/2017."

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

Assinatura eletrónica da Virgínia Maria da Silva Ribeiro, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Singulares (RNPS) nº 111 123 456 789, com o N.º de identificação fiscal (NIF) nº 123 456 789, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Singulares (RNPS) nº 111 123 456 789, com o N.º de identificação fiscal (NIF) nº 123 456 789, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Singulares (RNPS) nº 111 123 456 789, com o N.º de identificação fiscal (NIF) nº 123 456 789.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propõe-se que o assunto seja entregue a comissão de comissões.

02.06.2017 Aldemir Rodrigues

O(A) Vereador(a),

Concordo.  
Propõe-se que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

02.06.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Maíraabel

Concordo com o proposto.

01.06.2017

O(A) Chefe de Divisão

Paula Ribeiro

**DESPACHO**

Atenuado.

06.06.17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2017/6218**

**ASSUNTO:** Paróquia de São Paulo da Malveira – Atribuição de Apoio Financeiro

Igreja construída na segunda metade do século XX, foi benzida e inaugurada no dia 8 de julho de 1984, tendo sido ereta canonicamente a Paróquia de São Paulo da Malveira em dezembro de 1985. Até esta data as celebrações religiosas tinham lugar na capela de Nossa Senhora dos Remédios que se revelou pequena para acolher todas as pessoas.

A igreja de São Paulo possui um auditório que cumpre duas finalidades, por um lado permite ampliar o espaço da igreja, abrindo umas portas de fole que dão diretamente para o espaço de culto e por outro, permite a realização de conferências e reuniões de vária ordem.

Este espaço necessita de obras de renovação ao nível do soalho e do teto, que se encontram deteriorados devido a infiltrações e para as quais a Paróquia de São Paulo da Malveira, solicitou o apoio da Câmara Municipal.

anexo XIII



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

#### **Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

E da alínea t) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município;

Assim, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de 5000€ (cinco mil euros) à Paróquia de São Paulo da Malveira com vista a apoiar as obras de renovação do auditório.

Mafra, 01 de junho de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional

(Paula Santos)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos				
Classificação Funcional	2.5.3. 0101	Outras atividades cívicas e religiosas Transferências de Capital				
N.º Rubrica do Plano	2014 I 87					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	50,00				
2	Reforços / Anulações	156.000,00				
3	Congel. / Descongela. ( não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	156.050,00				
5	Encargos Assumidos (a)	115.000,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	41.050,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	5.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	36.050,00				

Data: 2017/05/31 Numero de Lançamento no diário do orçamento: 6122

Proposta de Cabimento n.º 2017/1730

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PARÓQUIA DA MALVEIRA".

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO  
2017.06.01 19:03:11 +01'00'

**Assunto:**

RE: Apoio financeiro para a Paróquia da Malveira

**De:** paroquia malveira gmail [<mailto:paroquiasmalveiravenda@gmail.com>]

**Enviada:** 16 de março de 2017 12:39

**Para:** Amélia Rijo <[AmeliaRijo@cm-mafra.pt](mailto:AmeliaRijo@cm-mafra.pt)>

**Assunto:** auditório paróquia malveira

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Engº Helder Sousa Silva:

Conforme conversa havida sobre a remodelação do auditório da Paróquia da Malveira, envio a importância dispendida neste trabalho, resultante das faturas de duas empresas:

Moviação (cadeiras): **€ 19.032,00**

Recreare (pintura, eletricidade, chão madeira, teto pladur, estores): **€ 24.360,00**

**Total: 43.392,00**

Estes valores não incluem IVA, uma vez que a Igreja Católica tem a possibilidade de o reaver.

Trata-se da remodelação de um espaço já existente, construído em 1983. O chão, de tacos de madeira, estava apodrecido devido à humidade. O teto, de placas de 'omnilite', estava deteriorado devido a infiltrações. As cadeiras, 'tipo café', foram substituídas por outras 'tipo auditório'. Este espaço tem duas finalidades: 1ª - ampliar o espaço da Igreja, abrindo umas portas de fole que dão diretamente para o espaço de culto. 2ª - realização de conferências e reuniões de vária ordem: pais, catequistas, leitores...

Solicito uma ajuda para amortizar esta despesa, segundo as possibilidades da Câmara Municipal de Mafra.

Desde já, e com muito gosto, coloco este auditório à disposição da Câmara para atividades que se coadunem com o nosso objetivo de servir a comunidade.

Atenciosamente, Padre Teodoro Sousa



# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

## PARECER

Concordo. Propõe-se  
o assunto seja reunido  
a reunião de Câmara.  
06/06/17 Aldino Jun -

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que  
o assunto seja objecto  
de deliberação pelo  
órgão executivo.  
06/06/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

*Alafabel*

Concordo com o proposto.

6.../6.../21.7

O(A) Chefe de Divisão

*Paulo Ribeiro*

## DESPACHO

*A reunião*

06/06/17

O Presidente da Câmara,

*Helder Sousa Silva*  
(Helder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2017/8351

**ASSUNTO:** Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, edifício da Escola Básica de Montemuro, à Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia

Fundada em 30 de abril de 2015, a Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia visa promover o estudo, a defesa e a divulgação do queijo fresco e a sua relação com a história, a gastronomia, o artesanato, a ciência e a cultura.

Para prossecução dos seus objetivos esta Associação pretende levar a cabo a promoção, estudo e defesa das características específicas do queijo fresco saloio, apoiando e promovendo iniciativas que visem um melhor conhecimento da relação entre o queijo fresco e as tradições gastronómicas, artísticas, literárias, históricas e culturais, bem como estabelecer relações com congéneres nacionais e estrangeiras através de protocolos e intercâmbios.

A Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia não dispõe de sede própria, pelo que solicitou à Câmara Municipal a cedência de um espaço para o efeito, existindo a

*anexo XIV*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

#### **Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

possibilidade de ceder a antiga EB1 de Montemuro que se encontra desativada na sequência do reordenamento da rede escolar.

Tendo em conta que nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;

E da alínea u) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Propõe-se, na sequência da solicitação efetuada pela Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia, a celebração de um Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações com a referida Entidade, com vista à cedência da antiga Escola Básica de Montemuro, para prossecução das suas atividades, conforme proposta de minuta que se anexa à presente informação

Mafra, 06 de junho de 2017

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional,

(Paula Santos)



## CONTRATO EM REGIME DE COMODATO

### DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Considerando as atribuições que os municípios dispõem no domínio da cultura, tempos livres e desporto, património e ação social, em conformidade com as disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma legal que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

Considerando que, no âmbito das competências conferidas pelo Anexo I à citada Lei, nomeadamente na alínea u) do n.º 1 do seu artigo 33.º, compete à Câmara Municipal apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Considerando que, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao mesmo diploma legal, cabe ainda à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal; e

Considerando que, a Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia é uma entidade, cujo objetivo se consubstancia, designadamente, a promoção e defesa das características específicas do queijo fresco saloio;

É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, Pessoa Colectiva de Direito Público n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste acto representado pelo Presidente da



Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, adiante designado como Primeiro Contraente ou Comodante, e o **Confraria do Queijo Fresco da Região Saloia**, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 513 521 631, com sede em Montemuro, União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, neste ato representado pelo(a) \_\_\_\_\_, e pelo(a) \_\_\_\_\_, adiante designados, como Segundo Contraente ou Comodatário, o presente Contrato de Comodato, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira**

O Primeiro Contraente é proprietário e legítimo possuidor do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1801 da União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, designado por EB de de Montemuro.

#### **Cláusula Segunda**

Pelo presente contrato, o Primeiro Contraente entrega ao Segundo Contraente, a título gratuito e em regime de comodato, o edifício identificado na cláusula anterior, para desenvolvimento das suas atividades.

#### **Cláusula Terceira**

O presente contrato tem a duração de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais.



100

#### **Cláusula Quarta**

Constitui obrigação do Primeiro Contraente abster-se da prática de atos que impeçam ou restrinjam o uso do edifício pelo Segundo Contraente.

#### **Cláusula Quinta**

Constituem obrigações do Segundo Contraente:

- a) Manter o edifício em bom estado de conservação;
- b) Não aplicar o edifício a fim diverso daquele a que o mesmo se destina;
- c) Não utilizar o edifício de modo imprudente;
- d) Avisar imediatamente o Primeiro Contraente, sempre que tenha conhecimento de vícios no edifício ou saiba que o ameaça algum perigo ou que terceiros se arroguem direitos em relação a ele sem que para tal estejam autorizados pelo Primeiro Contraente;
- e) Restituir o edifício, findo o contrato;

#### **Cláusula Sexta**

O Primeiro Contraente reserva-se o direito de utilizar o edifício, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias.

#### **Cláusula Sétima**

É da responsabilidade do Segundo Contraente o pagamento de todas as despesas inerentes à utilização, manutenção e conservação do edifício objeto do presente contrato de comodato, nomeadamente as decorrentes dos encargos gerais de funcionamento, incluindo a água, a luz e telecomunicações.



### **Cláusula Oitava**

O Segundo Contraente responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, excetuando-se as que decorram de um uso normal e prudente do edifício.

### **Cláusula Nona**

O Segundo Contraente não poderá realizar quaisquer obras ou benfeitorias no edifício sem o prévio consentimento do Primeiro Contraente.

### **Cláusula Décima**

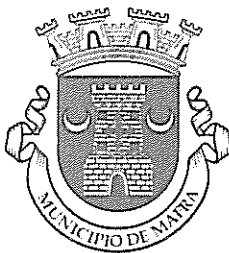
A restituição a que se refere a alínea e) da Cláusula Quinta far-se-á 60 (sessenta) dias após a notificação para o efeito, dirigida pelo Primeiro Contraente ao Segundo Contraente, através de carta registada com aviso de receção.

### **Cláusula Décima Primeira**

No final do contrato de comodato, ou das suas renovações, o edifício cedido deverá ser restituído pelo Segundo Contraente ao Primeiro Contraente no estado em que aquele o recebeu, livre de pessoas e bens, sem prejuízo das deteriorações inerentes a um uso normal e prudente.

### **Cláusula Décima Segunda**

O Primeiro Contraente poderá resolver o presente contrato de comodato a todo o tempo e sem a interpelação prévia do Segundo Contraente para o efeito, desde que se verifique o incumprimento, por este, das obrigações estabelecidas no presente contrato de comodato.



110

X

### **Cláusula Décima Terceira**

1. As questões resultantes da execução ou interpretação do presente contrato de comodato serão dirimidas por acordo do Comodante e do Comodatário.
2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, ouvido o Comodatário e atenta a legislação em vigor.

### **Cláusula Décima Quarta**

Ao presente contrato são aplicáveis as disposições constantes dos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, com as necessárias adaptações.

O presente contrato é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

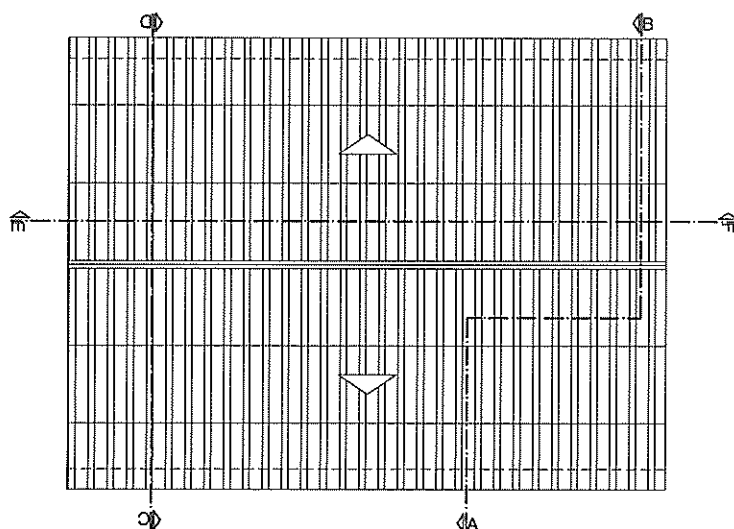
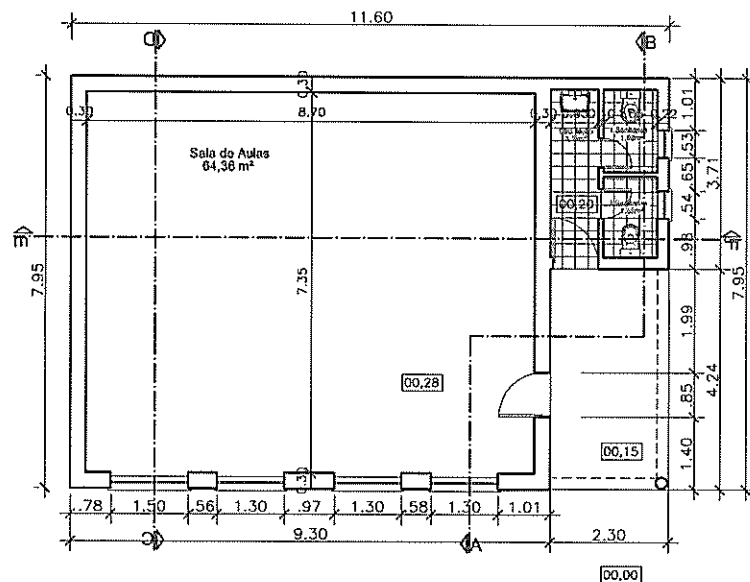
O Comodante,

O Comodatário,


(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

(\_\_\_\_\_)

(\_\_\_\_\_)



Abril/2015	Elementos para registos patrimoniais.	Carla Leão	
ALTERADO EM:	MOTIVO:	O TÉCNICO	APROVADO:

 <b>CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA</b>		<b>DUOMA</b> DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE	
ARQUITECTO	Ad. Paulo Monteiro	ASSUNTO:	ESCOLA EB 1 DE MONTEMURO
DESENHADOR	Paula Silva	PROJECTO DE ARQUITECTURA	
ENGENHEIRO		LOCAL:	MONTEMURO
TOPOGRAFO			SANTO ESTEVÃO DAS GALÉS
URBANISTA			
N.º DE ARQUIVO:	N.º PROCESSO:	DESIGNAÇÃO:	ESCALA:
SEG-01/2013		PLANTA DO PISO E DA COBERTURA	1/100
	DATA:		FASE DO PROJECTO
	Mar. / 2015		
			DESENHO N.º
			02